

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: POLÍTICAS E
PLANEJAMENTO UNIVERSITÁRIO**

DISSERTAÇÃO

**AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL:
UM ESTUDO SOBRE O PROJETO DA UFSC**

Ilva Ruas De Abreu

Florianópolis, novembro de 1996.

AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: UM ESTUDO SOBRE O PROJETO DA UFSC

Ilva Ruas de Abreu

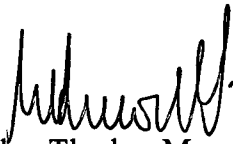
Esta dissertação foi julgada adequada para obtenção do título de Mestre em Administração (área de concentração: Políticas e Planejamento Universitário) e aprovada em sua forma final pelo Curso de Pós-Graduação em Administração.



Prof. Nelson Colossi, Dr.

Coordenador do curso

Apresentada à Comissão Examinadora, integrada pelos Professores:



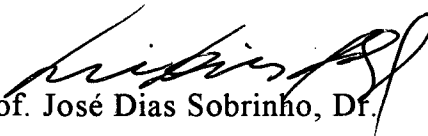
Prof. Mércles Thadeu Moretti, Dr.

Presidente



Prof.ª Maria Conceição Cordeiro Manhães, Dr.ª.

Membro



Prof. José Dias Sobrinho, Dr.

Membro



Prof.ª Vera Lúcia Bazzo, Mestre.

Membro

Se as coisas são inatingíveis, ora...

Não é motivo para não querê-las;

Que tristes os caminhos se não fora

A presença distante das estrelas.

(Mário Quintana)

*Aos meus pais Juventino (in memoriam) e Lourdes,
minha Vó Clotildes por terem me tornado pessoa*

*Aos meus irmãos, Paulo, Eneida, Carlos, Juventino
Jr., Denilton,
Cláudia, Júnia, Cristina e Hamilton, por todo amor
que nos une*

*Aos meus sobrinhos, Leonardo, Leandro, Amanda,
Cibele, Thaís, Mariana, Catherine, Nathália,
Bernardo, Renata, Luiz, André, Fernando,
Gabriel e Pedro, que mesmo distantes sempre tão
próximos em afetos*

AGRADECIMENTOS

Ao professor Mércles Thadeu Moretti, pelo desprendimento, preocupação constante, e as valiosas contribuições dadas na orientação deste trabalho.

À professora Vera Lúcia Bazzo, pela amizade, paciência, correções e sugestões indispensáveis ao trabalho.

À professora Maria Conceição Cordeiro Manhães, pelo apoio e disponibilidade em compor a comissão examinadora deste trabalho.

Ao professor José Dias Sobrinho, pelas valiosas contribuições ao processo de avaliação das universidades brasileiras.

Ao professor Dilvo Ilvo Ristoff, pelo acolhimento inicial e incentivo demonstrado, que muito contribuiu para desenvolvimento acadêmico.

Aos funcionários do CPGA/UFSC Graziela Félix Zacchi, Marilda Palma Valente, Silvia Berté Volpato, Márcio Antônio do Nascimento, Maristela Maciel Silva, pelo apoio, colaboração e amizade durante a realização do curso.

A Alexandre Lemgruber P. D'Oliveira, pela amizade, cumplicidade, e solidariedade nos bons e maus momentos.

A Hillevi Maribel Haymussi, pelo exemplo de seriedade acadêmica, com quem a convivência me fez crescer.

A Jeanine Godoy Ilha e Luciana de Bem Pacheco, pela paciência e presença constantes, e principalmente pela alegria da convivência.

Ao casal Welber Barral e Sabrina Moraes que muito contribuíram para superar a ausência de minha família.

A Iúri Novaes Luna, pela amizade e preocupação constantes.

A Tânia Marta M. Fialho, pelo apoio, incentivo e sincera amizade.

A Geraldo Antônio dos Reis e todos amigos de Montes Claros que torceram por mim.

Aos companheiros dos muitos bons momentos vividos em Florianópolis: Edmilson Lima e André Kopelc.

Aos colegas do curso, em especial Carla e Nilce, da área de concentração em Administração Universitária, pela aprendizagem conjunta.

A Ângela Karinne Fagundes de Castro pela cumplicidade nesse trabalho.

A Gladis Moro e Rosana Silva, pela amizade.

À Fundação Cesgranrio que concedeu uma bolsa para este estudo.

À Capes, pelo apoio financeiro concedido.

À Universidade Estadual de Montes Claros, pelo apoio e a compreensão na concessão do afastamento.

À Universidade Federal de Santa Catarina que possibilitou a realização deste estudo.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	v
SUMÁRIO.....	vii
LISTA DE SIGLAS.....	x
LISTA DE TABELAS.....	xi
LISTA DE QUADROS	xii
RESUMO.....	xiii
ABSTRACT.....	xiv
1 INTRODUÇÃO.....	1
1.1 TEMA	1
1.2 PROBLEMA DE PESQUISA.....	5
1.3 OBJETIVOS.....	8
1.3.1 <i>Geral</i>	8
1.3.2 <i>Específicos</i>	8
1.4 - ORGANIZAÇÃO DO ESTUDO	9
2 AVALIAÇÃO	11
2.1 AVALIAÇÃO E ENSINO SUPERIOR.....	11
2.2 AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DA UNIVERSIDADE	12
2.3 AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL - EM QUE CONSISTE	15
2.3.1 <i>Uma Avaliação Qualitativa</i>	15
2.3.2 <i>Os Principais Aspectos da Avaliação</i>	17
2.4 A AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DOCENTE	20
2.5 Modelos de Avaliação Docente.....	22
2.5.1 <i>Auto-Avaliação</i>	23
2.5.2 <i>Avaliação pelo Aluno</i>	23
2.5.3 <i>Avaliação pelos Pares</i>	24
3 A AVALIAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO.....	25
3.1 AS EXPERIÊNCIAS DE AVALIAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO	25

3.2 A IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS - PAIUB.....	28
3.2.1 <i>A Proposta Nacional - SESu/MEC</i>	29
3.2.1.1 Fundamentação.....	29
3.2.1.2 Princípios.....	30
3.2.1.3 Objetivos.....	30
3.2.1.4 Características.....	31
3.2.1.5 Desenvolvimento da Proposta.....	32
3.2.1.6 Indicadores Institucionais da Avaliação.....	33
3.3 O EXAME NACIONAL DE CURSOS.....	38
4 METODOLOGIA.....	40
4.1 PRESSUPOSTO DA PESQUISA.....	40
4.2 PERGUNTAS DE PESQUISA.....	40
4.2.1 <i>Qual a concepção original do Projeto de Avaliação Institucional da Universidade Federal de Santa Catarina?</i>	40
4.2.2 <i>Existem diferenças entre os resultados dos sub-projetos implantados de 1993 até 1995?</i>	41
4.2.3 <i>Até que ponto a avaliação docente realizada pelos discentes provocou efeitos nos cursos de Graduação da UFSC?</i>	41
4.3 PLANO DE PESQUISA.....	41
4.3.1 <i>População</i>	42
4.3.2 <i>Dados: Tipo, Coleta e Tratamento</i>	42
4.4 LIMITAÇÕES.....	44
5 A AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA.....	45
5.1 A INSTITUIÇÃO.....	45
5.2 O PROJETO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - PAIUFSC.....	48
5.2.1 <i>Programa de Formação Pedagógica dos Docentes</i>	50
5.2.2 <i>Questionário ao Aluno</i>	51
5.2.3 <i>Questionário ao Professor</i>	51
5.2.4 <i>Questionário ao Ex-aluno</i>	52
5.2.5 <i>Informações da Instituição</i>	52
5.2.6 <i>Seminário de Curso de Graduação</i>	52
5.2.7 <i>Avaliação da Pós-graduação</i>	52
5.2.8 <i>Seminário de Pós-Graduação</i>	53
5.2.9 <i>Documento Síntese</i>	53
5.2.10 <i>Avaliação Externa</i>	53
5.3 OS RESULTADOS DO PAIUFSC ATÉ 1995.....	54

5.3.1 Programa de Formação Pedagógica dos Docentes	54
5.3.1.1 Metas Atingidas pelos Programas Realizados	54
5.3.1.1.1 Programa de Formação Pedagógica dos Docentes 1	54
5.3.1.1.2 Programa de Formação Pedagógica dos Docentes 2	55
5.3.1.1.3 Programa de Formação Pedagógica dos Docentes 3	56
5.3.1.1.4 Programa de Formação Pedagógica dos Docentes 4	56
5.3.1.1.5 Programa de Formação Pedagógica dos Docentes 5	57
5.3.1.1.6 Programa de Formação Pedagógica dos Docentes 6	58
5.3.2 Avaliação do Docente pelo Discente (ADD)	58
5.3.2.1 O projeto Piloto	58
5.3.2.2 Avaliação do Docente pelo Discente (ADD)	60
5.3.2.3 Avaliação Docente (AD)	63
5.3.3 Questionário ao Ex-aluno	65
5.3.4 Avaliação da Pós-Graduação	67
5.3.5 Seminário de Curso de Graduação	69
6 COMO PROFESSORES E COORDENADORES DE CURSO VÊM O PROCESSO	72
6.1 ANÁLISE DOS RESULTADOS DO QUESTIONÁRIO	73
6.1.2 <i>Leitura dos resultados por perguntas</i>	74
6.2 AS TRANSFORMAÇÕES NO ENSINO DE GRADUAÇÃO DECORRENTES DA IMPLANTAÇÃO DO PAIUFSC- A PERCEPÇÃO DOS COORDENADORES DE CURSO	87
6.2.1 <i>Transformações decorrentes da implantação do PAIUFSC no ensino de graduação</i>	88
6.3. OS RUMOS DO PROJETO	95
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	98
7.1 <i>Sobre o Projeto de Avaliação institucional da Universidade Federal de Santa Catarina</i>	98
7.1.1 <i>Sobre os resultados dos sub-projetos implantados de 1993 a 1995</i>	99
8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	102
9 ANEXOS	108

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS UTILIZADAS

AD	- Avaliação Docente
ADD	- Avaliação do Docente pelo Discente
ANDIFES	- Associação Nacional de Instituições Federais de Ensino Superior.
BID	- Banco Interamericano de Desenvolvimento.
CAEn	- Comissão de Avaliação de Ensino de graduação.
CAPES	- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de nível Superior.
CCA	- Centro de Ciências Agrárias.
CCB	- Centro de Ciências Biológicas.
CCE	- Centro de Comunicação e Expressão.
CCJ	- Centro de Ciências Jurídicas.
CCS	- Centro de Ciências da Saúde.
CDS	- Centro de Desportos.
CED	- Centro de Ciências da Educação.
CFH	- Centro de Filosofia e Ciências Humanas.
CFM	- Centro de Ciências Físicas e Matemáticas.
CRUB	- Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras.
CSE	- Centro Sócio Econômico.
CTC	- Centro Tecnológico.
IES	- Instituição de Ensino Superior.
IFES	- Instituições Federais de Ensino Superior.
MEC	- Ministério da Educação e do Desporto.
PAIUB	- Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras.
PFPD	- Programa de Formação Pedagógica dos Docentes
PREG	- Pró-Reitoria de Ensino de Graduação.
PRPG	- Pró-Reitoria de Pós-Graduação.
RS	- Rio Grande do Sul.
SESU	- Secretaria da Educação do Ensino Superior.
UFSC	- Universidade Federal de Santa Catarina.
UNB	- Universidade de Brasília.
UNE	- União Nacional dos Estudantes.
UNICAMP	- Universidade Estadual de Campinas.
USP	- Universidade de São Paulo.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Avaliação docente pelo discente- Comparação global (93/2, 94/2, 95/2).

Tabela 2: Avaliação docente. Comparação global (94/2, 95/2).

Tabela 3: Formulários retornados por participação no centro.

Tabela 4: Período em que os professores foram avaliados pela última vez.

Tabela 5: Expectativas dos professores em relação ao desempenho da disciplina.

Tabela 6: Opinião dos professores sobre a influência dos resultados em seu desempenho.

Tabela 7: Opinião dos professores sobre o resultado da avaliação.

Tabela 8: Opinião dos professores sobre o período da divulgação dos resultados.

Tabela 9: Opinião dos professores sobre quem deve tomar conhecimento dos resultados individuais da avaliação do desempenho docente.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Participação no Programa de Formação Pedagógica dos Docentes 1.

Quadro 2: Participação no Programa de Formação Pedagógica dos Docentes 2.

Quadro 3: Participação no Programa de Formação Pedagógica dos Docentes 3.

Quadro 4: Participação no Programa de Formação Pedagógica dos Docentes 4.

Quadro 5: Participação no Programa de Formação Pedagógica dos Docentes 5.

Quadro 6: Quantidade de turmas por curso no Projeto Piloto.

Quadro 7: Respostas dos ex-alunos por Curso e Centro.

RESUMO

O estudo teve como objetivo verificar se ocorreram transformações no ensino de graduação com a implantação do Projeto de Avaliação Institucional da Universidade Federal de Santa Catarina - PAIUFSC. O modo de investigação que caracteriza esta pesquisa é o método de estudo de caso, já que procura analisar o processo de avaliação da Universidade Federal de Santa Catarina desenvolvido basicamente nos últimos três anos (1993-1995). A entrevista constitui o principal instrumento de coleta de dados face ao tipo de abordagem utilizada. Além disso, recorre-se a fontes secundárias como consultas a relatórios e outros documentos relativos ao processo de avaliação desenvolvido na UFSC no período descrito. As fontes secundárias subsidiaram toda fundamentação teórica do estudo. As entrevistas realizadas com os coordenadores de curso e o reitor da UFSC, além de identificar as transformações ocorridas no ensino durante a implantação do projeto, serviu também para levantar outras questões vinculadas ao processo de avaliação em curso, como sugestões para melhorar a metodologia e o instrumento aplicado na avaliação do desempenho docente; os rumos do projeto na nova administração da UFSC; e as experiências dos cursos que realizaram seminários de avaliação. Os resultados confirmam o pressuposto da pesquisa, evidenciando-se que ocorreram transformações nos cursos de graduação devido a implantação do PAIUFSC entre esses destacam-se: a perceptível instalação de uma cultura de avaliação junto ao corpo docente; os professores levam em consideração os resultados da avaliação docente para melhorar seu desempenho; a universidade tem melhorado, ainda que aquém das necessidades, sua infra-estrutura; a atual administração da universidade é favorável a continuidade do projeto de avaliação. Foram identificados, ainda, outras questões relevantes, inclusive aspectos negativos. A conclusão foi de que o processo não está concluído para que se possa fazer uma leitura mais precisa dos resultados obtidos.

SUMMARY

The study had as objective to check if occurred transformations in the graduation teaching with the implantation of the Institutional Valuation Project of the Federal University of Santa Catarina - PAIUFSC. The way of investigation that characterizes this research is the method of the study of the case, then it looks for analysing the process of valuation from the Federal University of Santa Catarina developed basically in the last three years (1993 - 1995). The Interview consists of the principal instrument to collect information face the kind of utilized approach. Besides, go through the secondary sources as report councils and other documents relative to valuation process developed at UFSC in the Written period. The secondary sources subsidiary every fundamental theoretical of study. The interviews were accomplished with the coordinators of the course and the head of the University from UFSC, besides identifying the occurred transformations in the teaching during the implantation of the project, served also, raise other questions linked the valuation process in course, as suggestions to get better the methodology and the instrument applied in the valuation of the academician development; the courses of project in the new administration from UFSC; and the experiences of the courses which accomplished seminars of valuation. The results confirm the presupposed of the research, becoming evident the transformations occurred in the graduation courses due to the implantation from PAIUFSC among these point out the perceptible installation of a culture valuation close to the academician board the professors take in account for the results of the academician valuation to get better its development, the university has gotten better even so on this side the needs, its structure, the actual administration of the University is favourable the continuity of the valuation project. Other identifications were found, including the negative aspects. The conclusion was the process and it is not concluded because it can make a current reading of the results obtained. Recommend itself the accomplishment of other research when the project is concluded.

1 INTRODUÇÃO

1.1 Tema

A questão da avaliação das atividades da Universidade e, especificamente, as que se referem ao seu corpo docente têm suscitado muitas análises, não só no meio acadêmico e junto ao Ministério da Educação, como também na imprensa em geral.

“Um pouco por todo o lado a universidade confronta-se com uma situação complexa: são-lhe feitas exigências cada vez maiores por parte da sociedade ao mesmo tempo que se tornam cada vez mais restritivas as políticas de financiamento das suas actividades por parte do Estado. Duplamente desafiada pela sociedade e pelo Estado, a universidade não parece preparada para defrontar os desafios, tanto mais que estes apontam para transformações profundas e não para simples reformas parcelares”. (Santos, 1995:187).

A propósito, uma reportagem feita pela “Folha de São Paulo”, a mesma que no início de 1988 publicou uma “lista de improdutivos da USP”, acabou ativando a chama de uma discussão mais ampla em torno do tema. Para o citado jornal, a universidade brasileira está se avaliando, mas, isso ainda se dá “em câmara lenta”, ficando o processo apenas em relatório e carecendo de objetividade (caderno 1, p.8, 16 de outubro de 1991).

Diversos pesquisadores têm se dedicado ao assunto, publicando contribuições que procuram apontar caminhos, critérios e mecanismos capazes de avaliar a universidade brasileira.

Todas as atividades desenvolvidas pela universidade, ensino, pesquisa e extensão, despertam atualmente muito interesse da sociedade. Um primeiro fator é o custo do funcionamento das universidades. Em qualquer parte do mundo o governo e toda a sociedade acham que a universidade custa muito caro e querem saber como são gastos os recursos repassados pelo Estado. Mas não é

apenas pelo seu custo que a sociedade se interessa pela universidade. Sabe-se - ou se deveria saber - que as universidades são essenciais para o processo de desenvolvimento social e econômico de qualquer nação. Muito se espera de nossas universidades, além de lecionar o futuro, preparar os seres para o futuro. Eis por que para Rancière (1996 : 12) “A escola é o “locus” místico onde se pode fantasiar a congruência entre o processo de maturação de um indivíduo, o futuro coletivo de uma sociedade e o curso harmonioso e ininterrupto do tempo”.

Governo e cidadãos querem, assim, se assegurar de que a universidade não irá decepcioná-los em suas necessidades e expectativas e que ela saberá responder a tempo aos novos desafios da ciência, da filosofia, da tecnologia, da demografia, da indústria, etc. Toda a comunidade, quer garantir que a universidade dedique os seus esforços para responder às tarefas que lhe são confiadas. Que ela saiba compatibilizar o ensino e a pesquisa com as demandas sociais, quer da política, da economia ou da cultura, e não se curvar à racionalidade de mercado que “reduz a humanidade, como cada um de seus elementos, a essa fórmula exaustiva”. (Adorno, p. 137).

As primeiras experiências de avaliação no Brasil foram iniciadas pelas CAPES, em 1977, nos Cursos de Mestrado e Doutorado. No início dos anos de 1980, diante do crescimento das matrículas no ensino superior ocorrido no período anterior, surgiu uma preocupação com a qualidade da universidade. O Conselho Federal de Educação, então, chegou a organizar um seminário a esse respeito. A preocupação com a avaliação motivou também a CAPES a iniciar o Programa de Avaliação da Reforma Universitária em 1983, que vai se estender até 1986.

Em julho de 1986, o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras assumiu, em sua reunião anual, a questão da Avaliação do Desempenho como um compromisso social das Universidades. O CRUB retomava, assim, uma discussão iniciada em novembro de 1985 com a publicação

do Relatório Final elaborado pela Comissão Nacional para a Reformulação da Educação Superior.

Entre as intenções do MEC, proclamadas nessa reunião do CRUB, e o desencadeamento do processo, mais de um ano se passou e somente em setembro de 1987, com a realização, em Brasília, do Encontro Internacional sobre Avaliação do Ensino Superior, a SESU tomou a si a responsabilidade de coordenar uma programação de estudos e debates sobre a temática da avaliação.

Até 1989, foram executados, com apoio do MEC, cerca de meia centena de projetos, realizados inúmeros encontros e reuniões técnicas. Foi também publicada vasta bibliografia sobre avaliação e elaborados diversos relatórios, dentre outras iniciativas.

Devido às novas prioridades governamentais, as orientações político-administrativas alteraram-se profundamente a partir de 1990. O rápido processo de desmonte da máquina estatal atingiu frontalmente as universidades federais.

Somente com a mudança de governo, a questão da avaliação foi retomada. Em 1993, foi criada uma Comissão Nacional de Avaliação Institucional e elaborado um Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras - o PAIUB. O Plano avançou em alguns pontos estratégicos:

- criou-se um Comitê assessor, constituído por especialistas no assunto, responsáveis pela análise e seleção dos projetos, segundo critérios de qualidade técnica e de interesse para uma posterior avaliação global;
- definiu-se um elenco de variáveis e indicadores que deveriam subsidiar os processos de avaliação com uma cobertura razoavelmente ampla dos temas de maior impacto para os processos de planejamento e de tomada de decisões no âmbito de cada instituição;
- estabeleceram-se algumas orientações metodológicas a serem observadas por todas as instituições, tanto para fins de elaboração quanto para a execução de seus projetos.

No mesmo ano da criação da Comissão Nacional e do PAIUB, foram encaminhadas ao MEC setenta e uma propostas de Avaliação Institucional. Dentre estas, foi encaminhado o projeto da Universidade Federal de Santa Catarina, que foi um dos treze projetos que obtiveram aprovação e financiamento.

O projeto da UFSC foi organizado na forma de subprojetos: Programa de Formação Pedagógica para os Docentes da UFSC, Questionário ao Aluno, Questionário ao Professor, Questionário ao Ex-Aluno, Informações da Instituição, Avaliação da Pós-Graduação, Seminários de Curso de Graduação, Seminários de Pós-Graduação.

A importância deste programa justifica-se, inicialmente, considerando que o objetivo geral do PAIUFSC é “Promover a Avaliação Institucional da UFSC visando a sensibilizar a Comunidade Universitária para firmar valores que levem à melhoria da qualidade de Ensino, da Pesquisa e da Extensão, tendo em vista o interesse de seus alunos, e satisfazendo as necessidades sociais detectadas”. Em segundo lugar, pela aceitação de que goza a avaliação institucional, encontrando-se implantada em muitas universidades públicas do país.

Atualmente o debate não é mais se a avaliação deve ou não ser feita, mas sim que avaliação fazer e como conhecer os efeitos desses processos. Isso também ocorre na UFSC, que vem desenvolvendo seu projeto desde 1993, quando da realização do Projeto Piloto de Avaliação do Docente pelo Discente - 93/1. A cada ano, o número de indicadores vem sendo ampliado, chegando-se, agora, à fase em que é importante uma análise completa e crítica do conjunto de suas ações.

Neste sentido, os resultados da presente pesquisa poderão trazer uma boa contribuição teórica, não só porque será um resgate da história do processo de avaliação na UFSC, mas, porque com a análise da experiência recente, espera-

se fornecer informações que permitam a compreensão por parte da comunidade universitária da UFSC e de outras universidades a respeito das transformações que a decisão de se implementar um Projeto de Avaliação Institucional pode trazer para a instituição como um todo.

Em termos gerais, a autora pretende fornecer com os resultados da pesquisa subsídios à Universidade no seu processo de avaliação, pois a Universidade não progride e não sobrevive, se não avaliar de forma sistemática e contínua cada uma de suas partes para alcançar “qualidade”, que é o atributo que a distingue e deve lhe condicionar a existência.

1.2 Problema de Pesquisa

A crise que vem atravessando a Universidade brasileira nos últimos anos tem sido motivo de diversos estudos, debates e discussões, e que é ponto de partida para a superação dessa crise a busca do seu auto-conhecimento. A Universidade, como centro de produção de conhecimentos científicos e de educação superior, aliada com a sua especificidade organizativa, definida por Baldrige et al. (1982) como uma organização atípica em função de suas características peculiares no que se refere aos seus objetivos, clientela, tecnologia e, ainda, outros aspectos, como a instabilidade administrativa; o processo decisório que se utiliza, em dimensão considerável, da racionalidade política; a difícil mensuração do produto; a estrutura fragmentada e descentralizada, aliada ao fato de ser uma organização na qual a matéria prima e o produto são seres humanos.

Inserida num contexto de mudanças socio-econômicas, a universidade desafiada e cobrada pela sociedade e pelo Estado não tem demonstrado muita capacidade para dar respostas a tais desafios. Uma das razões para a sua imobilidade institucional nos parece ser mais estrutural que conjuntural, pois, apesar de nossas universidades terem pouco mais de meio século de existência, o

modelo no qual se inspirou, basicamente europeu, data de quase um milênio. Talvez seja esta uma das razões para a perenidade da instituição universitária e sua rigidez funcional e organizacional, fatores determinantes de uma relativa impermeabilidade às pressões externas, ou seja, uma certa resistência à mudança.

Em 1987, o relatório da OCDE sobre as universidades atribuiu-lhes dez funções principais: educação geral pós-secundária; investigação; fornecimento de mão-de-obra qualificada; educação e treinamento altamente especializados; fortalecimento da competitividade da economia; mecanismo de seleção para empregos de alto nível através da credencialização; mobilidade social para os filhos e filhas das famílias operárias; prestação de serviços à região e às comunidades operárias; prestação de serviços à região e à comunidade local; paradigmas de aplicação de políticas nacionais (ex: igualdade de oportunidades para mulheres e minorias raciais); preparação para os papéis de liderança social (OCDE, 1987:16).

Por todas estas funções e responsabilidades sociais é que a idéia da avaliação institucional tende a se constituir em uma prática regular nas universidades brasileiras. A avaliação nas IES, no entanto, não é, ainda, largamente utilizada. Cotidianamente, os estudantes são avaliados, os corpos técnico-administrativo e docente, têm seus mecanismos de avaliação para progressão na carreira. Entretanto, a idéia de uma avaliação global, sempre causou rejeição, mesmo sabendo-se que a avaliação seria realizada pela própria universidade. A idéia da avaliação global coloca em evidência a função social da universidade num conjunto mais amplo de funções e faz com que existam posições defensivas da comunidade acadêmica sempre que o tema está em pauta.

No mundo acadêmico, a avaliação embora considerada inevitável, é vista como uma panacéia, ou considerada um modismo atrelado à modernidade e como tal, algo passageiro. O certo é que o tema é controvertido e requer muita reflexão e análise.

Huguet (1996), respondendo uma pergunta sobre o sentido que tem a avaliação universitária, diz que a resposta parece evidente, entretanto, algo existe no ambiente que traz dúvida a essa evidência. Algo nela provoca uma espécie de “urticária” e, conseqüentemente, a avaliação universitária é um tema ainda tratado com ambigüidades, simulações e contradições. Avaliar universitários, programas e instituições educativas, todavia gera, em certos setores de algumas instituições universitárias, a síndrome do sim....porém não; o jogo do sim... mas não digo quando. Para o mesmo autor, é um verdadeiro mistério explicar como algo amplamente aceito no plano conceitual não se pratica da mesma forma. E ainda, depois de várias décadas e, inclusive, séculos de existência, as comunidades universitárias, criadas precisamente para refletir, analisar e exercer a crítica, vêm como uma novidade ameaçadora a avaliação externa. A resposta, parece estar no campo das emoções e não no da razão. Entretanto, repete-se sempre, a avaliação universitária é inevitável.

Desta forma, a avaliação nas Instituições de Ensino Superior surge como opção política vinculada a um projeto acadêmico-institucional que lhes permitirá um auto-conhecimento e a correção de rumos, a concretização do discurso na prática e, sobretudo, uma interação efetiva com a comunidade que criou e mantém tais instituições, prestando-lhe contas do seu desempenho.

Diante do exposto, e baseado no pressuposto de que as universidades, enquanto instituições públicas devem ser avaliadas como forma de prestação de contas à sociedade acerca dos recursos públicos utilizados; e, considerando, também, que a avaliação surge como uma resposta às críticas feitas à universidade pública na tentativa de se reverter o quadro nitidamente favorável à sua privatização, pretende-se com o estudo responder o seguinte problema de pesquisa:

“Houve transformações no ensino de graduação devido à implantação do Programa de Avaliação Institucional da Universidade Federal de Santa Catarina - PAIUFSC ?

O problema objeto deste estudo é importante porque:

- a) nas instituições de ensino superior brasileiras, não se tem dado a devida atenção ao estudo da avaliação;
- b) o processo de avaliação resulta em uma qualificação, em um juízo de valor ou na afirmação de um ponto de vista a partir dos quais seguirá uma ação conseqüente, seja para mudar um estado de coisas ou para mantê-lo;
- c) os resultados deste estudo poderão fornecer subsídios à Universidade Federal de Santa Catarina para avaliar a implantação de seu projeto de avaliação institucional;
- d) esse estudo poderá contribuir para o desenvolvimento científico do tema.

1.3 Objetivos

1.3.1 Geral

Baseado nos pressupostos de que a avaliação implica em modificar condutas; que avaliar leva à adoção e introdução de valores e princípios; que avaliar requer tanto conservar como transformar; que a avaliação permite identificar problemas, mas não é causa dos problemas, o objetivo geral desta pesquisa consiste em verificar se ocorreram transformações no ensino de graduação com a implantação do PAIUFSC, visando a contribuir para o processo de avaliação institucional da universidade brasileira.

1.3.2 Específicos

São objetivos específicos deste trabalho:

- Resgatar o histórico do processo de avaliação institucional da Universidade Federal de Santa Catarina;
- Explicar/compreender/buscar a transformação do processo de avaliação institucional na UFSC;
- Apontar quais as transformações ocorridas no ensino de graduação devido ao projeto PAIUFSC;
- Propor subsídios para uma reavaliação de projetos de avaliação institucional para as universidades brasileiras.

1.4 - Organização do Estudo

O primeiro capítulo apresenta o tema, justifica-se o problema de pesquisa e os objetivos que se pretende alcançar com este trabalho.

No segundo capítulo, está a revisão bibliográfica identificados na literatura relacionada à avaliação. Apresentam-se, aqui, o entendimento do termo, avaliação e ensino superior, Avaliação Institucional da universidade, em que consiste, os principais aspectos da avaliação, apresenta-se ainda a avaliação do desempenho docente e por fim, de forma resumida os modelos de avaliação docente.

O terceiro capítulo refere-se a avaliação no ensino superior brasileiro, uma retrospectiva da avaliação no Brasil, a proposta nacional SESU/MEC e por último o exame nacional de cursos.

O quarto capítulo descreve a metodologia utilizada na pesquisa, com o pressuposto da pesquisa, perguntas de pesquisa a definição das categorias analíticas, o plano de pesquisa e população, bem como as limitações da pesquisa.

No quinto capítulo faz a apresentação do Projeto de Avaliação Institucional da Universidade Federal de Santa Catarina, faz uma breve caracterização da instituição e mostra os resultados alcançados pelos subprojetos implantados desde a sua criação em 1993 até 1995.

No sexto capítulo, está a pesquisa empírica, com a apresentação dos conteúdos das entrevistas e interpretação do conjunto de dados e sistematizados na forma do atendimento aos objetivos propostos.

O sétimo capítulo, apresentam-se as considerações finais da pesquisa e às sugestões para estudos futuros sobre o tema.

2 AVALIAÇÃO

2.1 AVALIAÇÃO E ENSINO SUPERIOR

De acordo com Belloni et al. (1994), a avaliação de instituições educacionais de nível superior tem como finalidade a permanente melhoria da qualidade e relevância - científica e política - das atividades desenvolvidas. Nesse sentido, a avaliação de desempenho das instituições e do sistema desponta como instrumento a serviço da busca da qualidade acadêmica.

Na percepção de Triviños (1987), a questão da qualidade constitui um dos elementos essenciais quando se quer observar qualquer objeto ou fenômeno. A qualidade do objeto não pode ser vista, apenas, pelo conhecer das suas propriedades e da sua estrutura. Só podemos percebê-la com maior precisão quando conhecemos também as funções e as finalidades do objeto em relação comparativa com outros objetos.

Todo objeto contém qualidade e quantidade. A quantidade é representada no objeto pelo grau e pela intensidade das suas propriedades, segundo Demo (1995). Assim, quantidade e qualidade estão unidas ao objeto, agindo nele de forma recíproca. Nessa direção, é correto afirmar que o lado quantitativo da realidade do trabalho acadêmico tem a característica de se apresentar de maneira visível, podendo ser palpável ou manipulável.

Buarque (1988), acredita que nas últimas décadas, mais do que em outros períodos de nossa história, a Universidade vem passando por momentos de degradação e de descrédito da qualidade de sua produção. Esse descrédito manifesta-se de forma contundente pela crise vivenciada pela ciência e pela perda de credibilidade institucional da Universidade.

A qualidade, então, é colocada como um critério importante no contexto institucional da avaliação da universidade, exigência que não provém apenas da comunidade científica que sustenta o rigor da ciência, mas também de toda a sociedade que a mantém.

Na percepção de Freintas (1994), a busca permanente da qualidade do ensino, da pesquisa e de toda a relação de uma instituição de ensino superior com a sociedade passa, necessariamente, por uma avaliação institucional permanente, avaliação compreendida enquanto instrumento eficiente de reflexão, de autoconhecimento, de planejamento estratégico e de ações no sentido da melhoria do fazer universitário.

Finalizando, pode-se afirmar que a qualidade é um atributo fundamental no ensino superior, entretanto deve ser encarada de uma forma crítica. Não há como fugir da sua importância em uma sociedade que exige cada vez mais eficácia das ações de seus órgãos públicos.

2.2 Avaliação Institucional da Universidade

De um modo global e específico, a avaliação de uma universidade é institucional, enquanto procura levar em consideração os diversos aspectos indissociáveis das múltiplas atividades-fim e das atividades-meio necessários à sua realização, isto é, cada uma das dimensões-ensino, produção acadêmica, extensão e gestão - em suas interações, interfaces e interdisciplinariedade. Conseqüentemente, busca-se proceder a uma análise simultânea do conjunto de dimensões relevantes ou hierarquizar cronologicamente o tratamento de cada uma delas, a partir de prioridades definidas no âmbito da instituição e dos recursos disponíveis (Trindade, 1994).

A avaliação é uma prática do fazer universitário. Entretanto, na opinião de Sobrinho(1994), é preciso que as instituições, especialmente as mais

robustas, estabeleçam programaticamente as relações entre essas práticas pontuais e reiterativas de avaliação de setores particulares com o exercício mais consistente de avaliação de grandes conjuntos e de rubricas abrangentes. Para o autor, a avaliação de caráter global e abrangente, que é também formativa porque interfere nas estruturas em que se insere, estabelece um corte temporal e julga, somaticamente, as relações entre as diversas estruturas que constituem o universo da instituição.

Nesta linha de raciocínio, Bergamini (1983) comenta que a avaliação é um processo perceptivo de todo um conjunto de atividades desenvolvidas em situação de trabalho que diz respeito a uma sistemática de obtenção de informações do avaliador sobre outra pessoa representada pelo avaliado.

A mesma autora diz que é preciso ter em mente o fato de que a avaliação em si caracteriza-se como um simples instrumento. O valor que lhe possa vir a ser creditado depende do uso que dela se faça. Como simples instrumento, ela não tem o poder de chegar a objetivo algum, a não ser o de facilitar o diagnóstico daqueles fatores que estejam dificultando, ou mesmo impedindo, o curso dos acontecimentos até a chegada aos objetivos organizacionais. Somente as medidas administrativas, posteriormente tomadas, é que darão o verdadeiro sentido da sua utilidade.

Baseados nestas considerações, vários autores também referem-se à avaliação como instrumento de contribuição ou de resposta, onde os aspectos que devem ser avaliados voltam-se prioritariamente para a verificação da eficiência da instituição frente ao contexto sócio-econômico e cultural vigente, sendo analisados através deste processo os impactos das funções-fim da universidade. E os critérios adotados são em sua maioria de natureza político-sociais (Amorim, 1992).

A prática da avaliação, não é assunto novo nas instituições universitárias da Europa e Estados Unidos e Canadá e, vêm crescendo em ritmo acelerado em outros países do mundo. Para Juliato(1991), a disseminação rápida

da prática da avaliação e o ímpeto de sua implantação nos últimos anos podem ser atribuídos a quatro causas principais:

- primeiro, à eficácia intrínseca da avaliação enquanto instrumento especificamente voltado para o aperfeiçoamento institucional. As universidades estão passando a adotar a avaliação de maneira espontânea e sistemática, à medida que se conscientizam do valor e da eficácia desta prática, como instrumento promotor de eficiência e de qualidade. A avaliação por seu turno, também tem sido objeto de notável aprimoramento nos seus métodos, técnicas e instrumentos, especialmente durante as duas últimas décadas.

- segundo, à pressão exercida pelo movimento generalizado pela melhoria da qualidade da educação que vem crescendo de maneira notável em praticamente todos os países. A sociedade tem interesse crescente nas instituições educacionais. As expectativas dos governos e dos cidadãos sobre as escolas são grandes demais para deixá-las funcionar sem que comprovem sua real efetividade.

- terceiro, ao crescimento da consciência dos cidadãos enquanto consumidores. O fato de se avaliar a efetividade das instituições educacionais e de se tornar público o grau de qualidade dos seus programas de ensino, dos resultados das suas atividades de pesquisa e dos variados serviços que prestam a comunidade, tornou-se uma questão de responsabilidade social por parte das instituições. E, também, uma medida de proteção ao consumidor que busca ou contrata tais serviços.

- quarto, e talvez, principalmente, aos crescentes custos operacionais das instituições universitárias. Os problemas financeiros que a maioria delas atravessam, praticamente em todos os países, forçam-nas a serem mais eficientes no uso dos recursos. As escolas terão que, no mínimo, oferecer garantias de retorno proporcionais à pressão que os seus gastos exercem sobre os cofres públicos, no caso do ensino público, ou sobre os orçamentos familiares, no caso do sistema privado.

A premência da avaliação da universidade brasileira é dado concreto; é necessário mais do que em qualquer outro tempo, examinar e optar, de forma crítica, socialmente comprometida, pelo caminho que conduza essa universidade à ultrapassagem dos limites de sua atual conjuntura. Para Leite (1994), esta crise que ameaça a continuidade da instituição universitária em todo o mundo contemporâneo obriga a universidade brasileira a reconsiderar seus desempenhos e a redefinir-se na medida em que disparidades econômicas e culturais são expostas, revelando a complexidade da situação social brasileira, refletida claramente no sistema de ensino superior do país.

Constata-se que os fatores econômicos influenciam de modo importante o desenvolvimento da avaliação institucional nas universidades. Tousignant (1987), sobre o assunto, escreveu que, lamentava que nos países onde o Estado se julga obrigado a intervir, se lance mão, com freqüência, de avaliações controle que são justamente as menos promotoras de mudança e melhoria. Para ele, entretanto são os fatores de ordem sócio-cultural que terão uma importante preponderância no desenvolvimento da avaliação e que determinarão as abordagens que serão privilegiadas.

2.3 Avaliação Institucional - Em que Consiste

2.3.1 Uma Avaliação Qualitativa

Existem várias maneiras de avaliar as universidades. Contudo, alguns traços específicos devem necessariamente se encontrar em todas as abordagens: a auto-avaliação e a avaliação externa. No caso de uma IES, trata-se sempre de medir não só uma certa eficiência, mas também e, principalmente, o que se refere à qualidade. Nesse caso, qualidade não deve ser entendida como aquela que diz respeito a produtos padronizados tais como automóveis, microcomputadores, mas

de professores, estudantes, pesquisadores. Sendo, então, qualidade, segundo Demo (1995), “atributo humano, por isso dialético, tendencialmente efêmero, difícil de inventar e mais difícil de manter, a avaliação torna-se expediente crucial para a alimentação permanente de processos qualitativos”. A avaliação da universidade, além disso levará em conta um atributo central da realidade universitária, que é, a construção e produção do conhecimento de qualquer natureza.

Neste sentido, Sobrinho(1995), enfatiza que avaliar a qualidade é tomar posição quanto à adequação técnica e social do conjunto de meios, procedimentos, atitudes, etc., com aquilo que a universidade pretende realizar. A qualidade, nesse sentido, é relativa aos projetos, programas e prioridades estabelecidas pelos departamentos, institutos, centros e pelo conjunto da universidade.

A avaliação que visa à melhoria da qualidade privilegia aquelas experiências em que os resultados da avaliação não aparecem sistematicamente ligados a uma lógica de prêmio-castigo. Sendo assim, ela é um processo de tomada de consciência, cujo objetivo é a conexão e o aperfeiçoamento do rumo, não se constituindo portanto, num instrumento de punição. Assim Ristoff (1995) alerta “mesmo sendo favorável à premiação em um sistema que tantas vezes trata como iguais os diferentes, torturando a todos e transformando-os em massa uniforme, mesmo assim sou contrário a que punição ou premiação estejam de alguma forma, associados à avaliação”.

A avaliação qualitativa talvez seja a mais compatível com o conceito de autonomia universitária e com o desenvolvimento do conhecimento científico. A qualidade universitária revela-se na amplitude de suas finalidades, na pertinência e na coerência dos programas, no rigor da gestão, no comprometimento com o desenvolvimento econômico, cultural e social da sociedade na qual está inserida.

2.3.2 Os Principais Aspectos da Avaliação

Uma vez reconhecida a importância da avaliação como parte integrante das atividades das Instituições de ensino superior, é necessário levar em consideração a questão de como realizá-la em uma instituição tão complexa. Avaliar uma universidade, além da complexidade, é algo que exige muita seriedade e credibilidade.

Valle (1986) diz que existem razões sociais, institucionais e individuais para avaliar o funcionamento e a produção das instituições universitárias. O autor se pergunta, quais são os âmbitos naturais da avaliação? E responde, dizendo que na universidade são:

- o processo educativo;
- o rendimento estudantil;
- os programas (entre eles os de pesquisa);
- desempenho do pessoal docente e não docente;
- condições institucionais;
- *entorno* da universidade.

Continua dizendo que a avaliação em uma universidade deve estar orientada a avaliar aspectos como:

- cursos (prestígio, recursos disponíveis, indicadores de eficiência);
- alunos (rendimento);
- professores (rendimento, produtividade acadêmica);
- servidores;
- carreiras;
- programas de pesquisa;
- programas de extensão.

Para estabelecer o que deve ser objeto da avaliação nas universidades é conveniente, segundo Huguet (1996), usar o velho esquema sistemático que se resume na tetralogia, contexto- insumos - processos - resultado. Uma avaliação

que não inclui estes aspectos será restrita e parcial, pois não se pode avaliar uma universidade sem referência ao contexto e ao *entorno* em que funciona, como também nada pode se dizer dela, se não se conhecem os atributos de seus alunos, professores, investigadores e servidores ou as características de suas instalações, equipamentos e infra-estrutura tecnológica. O mais importante é conhecer o que todos estes elementos fazem e o que cada um deles produz.

Miller (1974) destaca dez aspectos que deveriam ser submetidos à avaliação, que são os seguintes:

- 1 - a pertinência das metas, orientações e objetivos institucionais;
- 2 - a formação e a aprendizagem dos estudantes;
- 3 - o desempenho dos professores;
- 4 - os cursos acadêmicos e a pesquisa;
- 5 - a adequação do pessoal de apoio e outros;
- 6 - a liderança e a eficiência da direção e da administração;
- 7 - a gestão financeira;
- 8 - o papel do conselho de administração;
- 9 - a diversidade e o impacto das relações externas;
- 10 - o apoio ao aperfeiçoamento institucional através da avaliação, inovação e experimentação.

A amplitude da análise que é proposta à avaliação, para os especialistas, se não é sempre necessária, é possível, com o apoio de toda a comunidade universitária. Praticada em diversas universidades do mundo, o modelo de avaliação que ora começa a ser desenvolvido no Brasil, de acordo com Ristoff (1995), não é uma invenção brasileira. Estruturalmente ele acompanha o modelo clássico de avaliação institucional adotado por vários outros países e, a exemplo destes países, compõe-se de dois momentos básicos: a auto-avaliação e a avaliação externa.

Na primeira etapa, as universidades organizam os seus dados cadastrais segundo uma tabela nacionalmente definida; avaliam o desempenho

dos cursos, identificando os seus pontos positivos e negativos no tocante às condições para o desenvolvimento das atividades curriculares, aos processos pedagógicos e organizacionais, ao perfil do formando, etc. Desta primeira fase deverá surgir um relatório de auto avaliação de cada um dos cursos e dos dados cadastrais da instituição. Concluída esta etapa, inicia-se a avaliação externa, através de comissões especialmente constituídas para tal fim. Estas comissões analisam os dados apresentados, complementam, se necessário, as informações e publicam relatório analítico-interpretativo com a avaliação dos cursos, destacando potencialidade, indicando eventuais falhas, omissões e necessidades e apontando para possíveis ações corretivas.

A avaliação institucional não deve perder de vista os diversos aspectos das múltiplas atividades fim e das atividades meio necessárias a sua realização. Belloni (1994) destaca as dimensões integrantes do desempenho institucional que são as seguintes:

- Ensino de Graduação e de Pós-Graduação;
- Pesquisa;
- Extensão;
- Infra-estrutura para o desenvolvimento do ensino da pesquisa e da extensão; e
- Administração.

Outro aspecto relevante em um processo de avaliação é o projeto pedagógico da instituição Zainko (1994) ao abordar o tema, diz que claramente explicitado ou não, fruto de discussão ampla, envolvendo os diferentes segmentos que compõem a comunidade acadêmica ou não, a verdade é que toda universidade tem o seu projeto pedagógico. A avaliação não pode acontecer de maneira individual, segmentada e isolada. Ela deve ser considerada pelos educadores como uma tarefa coletiva de todos e não uma obrigação formal, burocrática e isolada do processo pedagógico.

Nesse sentido, a avaliação entendida como a explicitação do projeto político institucional, o que equivale dizer pedagógico de cada instituição de ensino superior e com a avaliação dos cursos e programas, conduz, necessariamente, para a questão da avaliação do desempenho docente.

2.4 A Avaliação do Desempenho Docente

De acordo com a Comissão Especial Instituída pelo CRUB em 1987, avaliar o desempenho docente pressupõe a existência de procedimentos elaborados a partir de critérios científicos e legitimamente aceitos, aplicados rotineiramente ao longo de vários anos de comparação entre o que o docente se propunha a desenvolver e o que de fato conseguiu realizar e com que desempenho.

Ribeiro Neto (1982) refere-se ao professor como elemento de primeira grandeza na qualidade do ensino-aprendizado. Acrescenta que o que se procura avaliar no docente é a sua eficiência, por ser este um conceito complexo, resultante do agrupamento de numerosas variáveis, nem sempre definidas com precisão, valorizadas diversamente por diversos avaliadores. Por outro lado, em relação à questão da avaliação do desempenho intelectual, Gandini (1989) coloca esse debate em torno da produtividade docente da universidade é movida principalmente pela necessidade de obtenção de recursos financeiros e traz como principal implicação a redistribuição do poder dentro das universidades. De acordo com a autora, a aplicação do conceito de produtividade à avaliação do trabalho intelectual realizado na universidade, muitas vezes apresentada como “avaliação da universidade”, segue a lógica da razão instrumental. O critério principal da avaliação será o lucro que esse trabalho proporciona ao mercado e a organização da produção deve ser a mais rentável possível.

Diante desse contexto, Amorim (1992) verifica que os usos que são feitos do conhecimento da ciência, das pesquisas e dos projetos culturais produzidos pela Universidade extrapolam as salas de aula, as bibliotecas, os laboratórios. Deveríamos trazer ao cenário o caráter ilusório de uma pseudoavaliação da produtividade, pois ela, em si, já vem profanada pelo desejo de controle e de apropriação indevida da produção universitária. Essa seria a avaliação enganadora que dá bases para o julgamento da universidade como lugar de maior ou de menor produtividade; que classifica o trabalho docente como o menos ou mais produtivo.

A Avaliação do desempenho docente vem sendo tema das discussões nas universidades que se envolvem com a questão da avaliação.

Belloni (1994), quando se refere a quem emitiria julgamento sobre cada uma das dimensões a serem avaliadas, chama a atenção que professores e alunos são os avaliadores das disciplinas, do desempenho docente e da infraestrutura acadêmica e técnica. A autora comenta que, seguindo as características gerais da avaliação interna com a participação dos agentes envolvidos no processo, os avaliadores das disciplinas e do desempenho docente são todos os alunos cursando a disciplina e o(s) respectivo(s) professor(es).

Rocha et. al. (1989), em seus estudos, visualizam a necessidade de o professor fazer uma análise de seu próprio desempenho e de sua prática pedagógica, assim como do desenvolvimento acadêmico do aluno. Com esta prática, o docente poderá obter informações que lhe possibilitem repensar suas atividades de ensino, com vistas a facilitar a aprendizagem dos alunos. Ainda, estes dados possibilitam ao departamento refletir sobre o seu próprio desempenho no que se refere ao ensino, bem como procurar alternativas para um melhor desenvolvimento desta atividade.

Em contra partida Cunha(1975) entende que as universidades dispensam pouca atenção ao preparo didático do docente. Isto reflete diretamente na qualidade do ensino de graduação, mesmo ponderando a influência de outros fatores, como situação econômica ou mesmo a capacidade intelectual e cognitiva dos alunos. Como é do conhecimento de muitos, o perfil dos alunos admitidos no ensino superior piorou nos últimos anos por causa da crise nos graus intermediários do ensino.

Seldin (1985) observa que os instrumentos, treinamentos e talentos necessários para ser um bom pesquisador não são automaticamente os mesmos para ser um bom professor. O autor acredita que a pesquisa necessita da manipulação de materiais e idéias, enquanto que o ensino requer a manipulação de meios e atributos, assim como de idéias. Com relação ao ensino, o mesmo autor considera que este possa ser realizado através de três dimensões amplas: domínio no conteúdo, didática e programa institucional.

A literatura básica sobre o assunto em sua grande maioria, inclusive o PAIUB, sugere iniciar a avaliação pelo ensino de graduação, considerando principalmente as inter-relações entre professores e alunos na consecução dos objetivos, sem contudo, perder de vista as relações do ensino, pesquisa e extensão com a gestão administrativa da instituição.

2.5 Modelos de Avaliação Docente

Na literatura existente, verificam-se três formas de avaliação docente: a auto-avaliação, avaliação pelos pares e avaliação pelo aluno. Neste trabalho, abordaremos o segundo tipo de forma superficial e nos deteremos com maior profundidade na avaliação docente feita pelo aluno, e na auto-avaliação, por serem os modelos de avaliação realizados pelo PAIUFSC.

2.5.1 Auto-Avaliação

Auto-avaliação é o processo pelo qual o próprio membro docente avalia sua performance como adequada ou abaixo de seu padrão pessoal próprio. Bergquist & Philips (1975) ressaltam que um dos procedimentos que pode ser seguido neste tipo de avaliação é o de solicitar ao docente o preenchimento do mesmo instrumento que está sendo completado por seus colegas ou estudantes. Os autores acrescentam que, dessa maneira, as discrepâncias podem, então, ser observadas, não apenas entre as classificações reais e ideais do próprio membro docente, mas também entre elas e as classificações dos outros. Esse procedimento de validação consensual é essencial ao crescimento pessoal bem como ao desenvolvimento institucional.

Na visão de Moreira (1981), a auto-avaliação pode ser feita através de retro-alimentação via audio ou video-tape. Assinala a possibilidade de o professor prever como os alunos o avaliarão, respondendo o mesmo instrumento utilizado pelos alunos e, posteriormente, comparando estes resultados.

Na opinião de Cuevas (1988), este modelo é criticado pela falta de exatidão nos resultados obtidos, ocasionados pelas distorções de auto-percepção.

2.5.2 Avaliação pelo Aluno

Vários autores, entre os quais Moreira (1980), Pasquali (s.d.), Cuevas (1988) e Espírito Santo (1982) afirmam que a avaliação pelo aluno é um dos métodos mais utilizados e conhecidos. Também concordam que existem divergências de opiniões dos estudiosos do assunto quanto à validade desse instrumento. Moreira (1980) argumenta que a avaliação do professor pelo aluno tem como objetivo a melhoria do ensino, mas chama a atenção para o fato de que

esse tipo de avaliação é apenas um ponto a considerar na avaliação de desempenho de um professor.

Conforme o PAIUFSC, a avaliação docente feita pelo discente busca avaliar o desempenho docente, o conteúdo da disciplina, a participação do aluno e as condições objetivas para a concretização das atividades de ensino, procurando firmar, junto a professores e alunos, valores acadêmicos institucionais para o processo ensino-aprendizagem.

2.5.3 Avaliação pelos Pares

A avaliação pelos pares, de acordo com Moreira (1980), é usada em pequena escala, talvez por questão de escrupulo. Admite que esse tipo de avaliação, quando feita por imposição, é problemática tanto para quem avalia como para quem é avaliado, mas, quando utilizado de comum acordo entre docentes, pode contribuir para a melhoria do ensino.

3 A AVALIAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO

3.1 As experiências de Avaliação no Ensino Superior Brasileiro

No Brasil, até o início dos anos 90, ainda não se tinha concebido um processo global de avaliação. As primeiras experiências de avaliação no país foram iniciadas pela CAPES, em 1977, nos cursos de mestrado e doutorado. A metodologia da CAPES é, no entanto, destinada especificamente à Pós-graduação, não sendo transplantável para a esfera da graduação.

Em julho de 1986, o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras - CRUB assumiu, em sua reunião anual, a questão da avaliação de desempenho como um compromisso social das universidades. Para viabilizar a criação e o desenvolvimento de processo internos de avaliação, o MEC através da Secretaria de Ensino Superior - SESU apoiaria as experiências que fossem realizadas pelas universidades neste sentido.

O CRUB retomava assim uma discussão iniciada em novembro de 1985 com a publicação do relatório final elaborado pela Comissão Nacional para reformulação da Educação Superior. As recomendações contidas no Relatório intituladas "Uma nova política para a educação superior brasileira" foram entendidas pelo MEC como não constituindo "projeto acabado...senão que um conjunto de proposições". Com o objetivo de sistematizar as proposições do relatório, criou-se no interior do ministério, em fevereiro de 1986, o Grupo Executivo para a Reformulação do Ensino Superior - GERES. O Relatório do GERES que dedicava um capítulo à questão da "Autonomia e Avaliação" foi divulgado em reunião do CRUB e provocou enorme polêmica, com manifestações favoráveis e outras inteiramente contrárias à iniciativa e teor do

anteprojeto. A polarização da discussão parece ter funcionado como freio. Somente em setembro de 1987, a SESU tomou a si a responsabilidade de coordenar um programa de estudos e debates sobre a avaliação, posição assumida com a realização em Brasília, do Encontro Internacional sobre Avaliação do Ensino Superior.

As recomendações finais do encontro eram no sentido de que o MEC/SESU apoiasse financeiramente a realização de encontros de estudos e de trocas de experiências como forma de “sensibilizar a comunidade universitária para a aceitação da idéia de avaliação”. Os participantes do evento posicionaram-se favoravelmente a que a forma de avaliação a ser privilegiada fosse - a auto-avaliação - e que fosse “refreada qualquer tentativa de utilização dos seus resultados como critérios para alocação de recursos”.

A partir do Encontro, vários eventos foram realizados nas universidades brasileiras para discussão do tema avaliação.

Em setembro, realizou-se, na Universidade Federal de Santa Maria-RS, um encontro sobre as “Perspectivas da Avaliação Institucional”.

No ano de 1988 quatro encontros aconteceram. O primeiro, em março, na Universidade Federal do Pará, reunindo as instituições de Ensino Superior da Amazônia; o segundo, em maio, sob a responsabilidade da Universidade Federal de Santa Catarina, congregando as instituições da região sul; o terceiro, organizado pela Universidade Federal do Ceará, envolvendo as universidades e instituições isoladas do nordeste, aconteceu também em maio; e o quarto evento, em setembro, em São Paulo numa promoção da Universidade Estadual Paulista, contando com a presença de participantes de outros Estados. Ainda com o apoio da SESU, realizou-se em fevereiro de 1989, na Fundação Carlos Chagas, um “Seminário sobre Avaliação Institucional: a universidade”, com o objetivo

específico de discutir o “perfil do avaliador, no contexto da avaliação institucional no âmbito das instituições de ensino superior”.

Outras experiências nacionais ligadas à avaliação institucional ocorreram. Dentre elas a criação de uma metodologia para a apropriação de custos no interior das instituições federais de Ensino Superior (IFES). Uma comissão composta por representantes da SESU e membros de 8(oito) universidades federais elaboraram um “Manual de apuração de custos Universitários” cujos resultados deveriam ser apresentados no final de novembro de 1989.

O projeto Galileu era outra atividade que visava a desenvolver a elaboração de indicadores gerenciais nas instituições de ensino superior brasileiro. Era composto de quatro módulos e foi implantado em quatorze instituições, encontrando dificuldades para implantação nas demais.

Outra atividade foi desenvolvida no âmbito do Projeto MEC/BID III. O acordo desse Projeto estipulava que as onze universidades contempladas deveriam conduzir um processo de avaliação articulado em quatro fases: avaliação de contexto antes do início da implementação do programa, avaliação contínua com levantamento de dados durante a sua implementação e avaliação do impacto do programa após o seu término. Um aspecto interessante dessa experiência dizia respeito à recomendação segundo a qual cada universidade envolvida deveria criar um núcleo de avaliação “preferencialmente vinculado à Pró-Reitoria de Planejamento de cada Instituição”.

Até 1989, foram executados, com apoio do MEC, cerca de meia centena de projetos, e realizados inúmeros encontros e reuniões técnicas. Foi também publicada vasta bibliografia sobre avaliação e elaborados diversos relatórios, dentre outras iniciativas. Devido às novas prioridades governamentais, as orientações político-administrativas alteraram-se profundamente a partir de 1990. O rápido processo de desmonte da máquina estatal atingiu frontalmente as universidades federais.

3.2 A Implantação do Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras - PAIUB

Na reunião de outubro de 1993, da Associação Nacional de Instituições Federais de Ensino Superior - ANDIFES, em Florianópolis, os dirigentes das Instituições Federais aprovaram, como parte do documento final do encontro, a proposta da ANDIFES do Projeto de Avaliação das Universidades Federais. O Estudo proposto admitiu que nem todas as discordâncias e contradições seriam eliminadas, mas se propunha a aperfeiçoar o programa acadêmico e sócio-político das Instituições. A íntegra do documento aprovado em Florianópolis foi publicada no Jornal Universitário em Edição Especial (1993 - p. 6), o qual em sua introdução diz: *“A complexidade de empreender a avaliação global de instituição acadêmica, aliada às peculiaridades de cada uma delas, orienta a proposta no sentido de que a elaboração e a implementação de uma metodologia de avaliação para as universidades ocorram em etapas, com desenvolvimento simultâneo, interdependentes e complementares. A harmonia do processo de avaliação contempla uma dinâmica diferenciada de evolução e implantação no interior de cada instituição assim como no sistema universitário como um todo”*.

A partir do documento da ANDIFES, em 1993 foi criada uma Comissão Nacional de Avaliação Institucional e elaborado um Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras - o PAIUB. O Programa avançou em alguns pontos estratégicos:

- criou-se um comitê assessor, constituído por especialistas no assunto, responsáveis pela análise e seleção dos projetos, segundo critérios de qualidade técnica e de interesse para uma posterior avaliação global;
- definiu-se um elenco de variáveis e indicadores que deveriam subsidiar os processos de avaliação com uma cobertura razoavelmente ampla dos

temas de maior impacto para os processos de planejamento e de tomada de decisões no âmbito de cada instituição;

- estabeleceram-se algumas orientações metodológicas a serem observadas por todas as instituições, tanto para fins de elaboração quanto para a execução de seus projetos.

3.2.1 A Proposta Nacional - SESu/MEC

Apresenta-se, resumidamente, o conteúdo do documento básico que contém a proposta para avaliação institucional das universidades brasileiras, em nível nacional.

3.2.1.1 Fundamentação

O pressuposto apresentado pela comissão que elaborou esse documento é que, em sendo a universidade uma instituição responsável pela produção e disseminação do saber, deve-se dela esperar e exigir desempenhos eficientes e um elevado padrão de qualidade nos serviços que presta à sociedade.

Neste sentido, a avaliação institucional deve representar o contraponto entre o que a instituição se propõe e o que, de fato, realiza, na busca do atendimento a uma tripla exigência da universidade contemporânea, tais sejam (BRASIL/MEC/SESu, 1994: 12):

“a) um processo contínuo de aperfeiçoamento do desempenho acadêmico;

b) uma ferramenta para o planejamento da gestão universitária;

c) um processo sistemático de prestação de contas à sociedade”.

Tendo-se em vista que a avaliação institucional é uma maneira de estimular o aprimoramento das atividades da universidade, sua execução, deve

tornar-se um processo contínuo e aberto a todos os setores e pessoas que possam participar do repensar de seus objetivos, desenvolvimento e resultados.

3.2.1.2 Princípios

São considerados neste documento, tendo-se em vista a descentralização do processo decisório, os seguintes princípios (MEC/SESu, 1994: 13)

“- aceitação ou conscientização da necessidade de avaliação por todos os segmentos envolvidos;

- reconhecimento da legitimidade e pertinência dos princípios norteadores e dos critérios a serem adotados;

- envolvimento direto de todos os segmentos da comunidade acadêmica na sua execução e na implementação de medidas para melhoria do desempenho institucional”.

3.2.1.3 Objetivos

O documento apresenta como objetivo geral:... “rever e aperfeiçoar o projeto acadêmico e sócio-político da instituição, promovendo a permanente melhoria da qualidade e pertinência das atividades desenvolvidas” (MEC/SESu, 1994: 13).

E, como objetivos específicos:

“1. Impulsionar um processo criativo de auto-crítica da instituição, como evidência da vontade política de auto-avaliar-se para garantir a qualidade da ação universitária e para prestar contas à sociedade da consonância dessa ação com as demandas científicas e sociais da atualidade;

2. Conhecer numa atitude diagnóstica, como se realizam e se interrelacionam na universidade as tarefas acadêmicas em suas dimensões de ensino, pesquisa extensão e administração;

3. (RE) estabelecer compromissos com a sociedade, explicitando as diretrizes de um projeto pedagógico e os fundamentos de um programa sistemático e participativo de avaliação, que permita o constante reordenamento, consolidação e/ou reformulação das ações dela decorrentes;

4. Repensar objetivos, modos de atuação e resultados na perspectiva de uma Universidade mais consentânea com o momento histórico em que se insere, capaz de responder às modificações estruturais da sociedade brasileira;

5. Estudar, propor e implementar mudanças das atividades acadêmicas do ensino, da pesquisa e da extensão e da gestão, contribuindo para a formulação de projetos pedagógicos e institucionais socialmente legitimados e relevantes”.

3.2.1.4 Características

A avaliação da universidade é institucional quando considera todos os aspectos de suas múltiplas atividades-fim e meio. Neste sentido, tanto pode ser realizada por meio de uma análise simultânea do conjunto dessas atividades, como podem ser hierarquizadas as dimensões a partir de prioridades definidas no âmbito da instituição e dos recursos disponíveis.

Outra característica destacada foi quanto à participação dos membros da comunidade acadêmica, tanto na implementação, como na utilização dos resultados, no sentido de que sejam adotadas medidas que conduzam à melhoria institucional.

A proposta orienta, também, para a adoção de uma sistemática de avaliação que combine avaliação interna com avaliação externa, como uma maneira de diminuir a influência corporativa, por um lado, e, por outro lado, incorporar a opinião valorativa de outros importantes segmentos da sociedade.

Nestes termos, o processo de avaliação deve se utilizar, tanto de procedimentos da abordagem quantitativa, quanto da abordagem qualitativa das atividades desenvolvidas pela instituição.

Ressalta, ainda, a importância de utilizar-se de experiências já vivenciadas ou em andamento na instituição, de maneira que possam ser incentivadas e/ou integradas num processo global.

Por fim, esta Proposta acrescenta que esse processo de avaliação institucional deve ser contínuo e sistemático, de reflexão e redefinição dos objetivos e prioridades da instituição. No entanto, não deve ter caráter punitivo ou premiativo.

Além desses fatores, que conduzem para a legitimidade política do processo, outros fatores devem conduzir para a legitimidade técnica, tais sejam:

1. Quanto à metodologia: a elaboração dos indicadores deve ser apropriada aos objetivos do processo e utilizar-se de procedimentos quantitativos e qualitativos;
2. Quanto às informações: deve ser garantida sua fidedignidade, constituindo-se tal fato condição necessária para o êxito do processo.

Para este fim, é importante criar-se uma base de dados que deve, primordialmente, conter informações sobre as principais variáveis referentes ao ensino superior. No entanto, elas podem e devem ser ampliadas e conter detalhamento dos modos de tratamento e análise das informações de maneira a proporcionar interpretações qualitativas consistentes.

3.2.1.5 Desenvolvimento da Proposta

Em função da complexidade e das peculiaridades que cada IES apresenta, a metodologia sugerida para o desenvolvimento do processo de avaliação foi que esta se realize por etapas simultâneas, interdependentes e

complementares, respeitando-se as características e finalidades do projeto institucional de cada uma dessas universidades.

O documento sugere que o processo se inicie dando ênfase ao ensino de graduação, em função de sua abrangência no universo das instituições, devendo, no entanto, abranger os demais aspectos e dimensões das atividades-fim e meio da universidade.

3.2.1.6 Indicadores Institucionais da Avaliação

Os indicadores propostos referem-se às atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão universitária. Esses indicadores representam, em alguns casos, aspectos quantitativos e, noutros, aspectos qualitativos. Cada IES deve complementar o conjunto desses aspectos com outros que julgue substanciais para o desenvolvimento e consequentes resultados do processo.

O documento sugere um roteiro específico para a avaliação do ensino de graduação, o qual, de forma resumida, assim se apresenta:

1. Quanto aos Aspectos Gerais

A avaliação do ensino de graduação tem como propósito conhecer e dimensionar as características e os fatores que estão envolvidos no processo ensino-aprendizagem, com vistas a identificação de ações para seu aprimoramento. Neste contexto, envolve os aspectos globais do curso e de suas disciplinas. (BRASIL/SESu/MEC, 1994:16)

As dimensões a serem avaliadas, foram agrupadas em 4 categorias, a saber:

“a) Fatores relativos às condições para o desenvolvimento das atividades curriculares, tais como:

* condições técnicas:

recursos humanos=docentes e técnicos administrativos

infra-estrutura=biblioteca, laboratórios, oficinas, etc.

b) fatores relativos aos processos pedagógicos e organizacionais utilizados no desenvolvimento das atividades curriculares, tais como:

- * interdisciplinariedade
- * enfoques curriculares
- * procedimentos didáticos
- * interação teoria-prática: integração das atividades de pesquisa e extensão às práticas curriculares

c) fatores relativos aos resultados alcançados do ponto de vista do perfil do formando, tais como:

- * importância e competência para o desenvolvimento das funções (papéis) básicas da profissão.
- * capacidade de análise crítica

d) fatores relativos à formação de profissional crítico habilitado a atender às exigências de contexto social, tais como:

- * envolvimento do aluno em projetos de pesquisa, extensão e cultura durante sua formação curricular e as condições criadas para tal.
- * condições e perspectiva do mercado de trabalho.
- * demandas gerais da sociedade”.

2. Metodologia

Quanto à implantação e ao desenvolvimento da avaliação institucional, a orientação foi de que ela fosse realizada envolvendo três etapas: diagnóstico, avaliação interna e avaliação externa.

O diagnóstico refere-se a um dossiê técnico, o qual contém dados referentes aos aspectos quantitativos e qualitativos da realidade a ser examinada.

A avaliação interna deve ser realizada com a participação da comunidade universitária, por meio de uma auto-avaliação e do diagnóstico técnico, gerando, a partir desses, o projeto acadêmico da instituição.

A avaliação externa deve contar com a participação de pares acadêmico-científicos, conselhos profissionais, entidades de trabalhadores, egressos universitários e outros membros da sociedade.

Neste contexto, será necessário adotar-se um sistema de coleta de informações tanto quantitativas, quanto qualitativas, tendo-se em vista a importância de questionar-se determinados dados quantitativos, dando sentido pedagógico e acadêmico aos dados coletados.

Esse processo sugere a constituição de uma comissão para coordenar os trabalhos, a qual deverá ter composição diversificada, contemplando a participação dos diversos segmentos da comunidade acadêmica, de especialistas e de setores sociais e profissionais.

3. Desenvolvimento

De forma, resumida, descreve-se a seguir, alguns aspectos relativos a cada etapa do processo de avaliação do ensino de graduação

3.1 Diagnóstico

É a etapa na qual deve ser reunido um conjunto de informações sobre a situação do objeto do estudo, no caso, os aspectos associados ao ensino de graduação, e outras dimensões que o inserem no contexto institucional. Significa, portanto, a existência de dados disponíveis, como: programas acadêmicos (iniciação científica, monitoria, etc.) e atividades de extensão.

Esses dados deverão gerar indicadores para a avaliação interna e externa.

3.2 Avaliação Interna

Considerada, também, como auto-avaliação, constitui-se no momento em que a instituição reflete sobre suas atividades em todas as suas dimensões.

Esta etapa deve, fundamentalmente, ser realizada com a participação de professores e alunos, envolvendo os seguintes componentes:

a) Avaliação de cursos

Nessa dimensão devem ser considerados três conjuntos de elementos:

* Condições: do corpo docente, discente e técnico administrativo; infra-estrutura, organização curricular, perfil profissional, estágios; participação de estudantes em atividades de iniciação científica, extensão e monitoria; integração do curso com a área científica, profissional e a sociedade em geral.

* Processos: Interdisciplinariedade, adequação do corpo docente aos cursos (domínio do conteúdo, planejamento, compromisso com o ensino, a pesquisa e a extensão, etc.); avaliação da aprendizagem (critérios e relevância dos conteúdos avaliados), interação universidade/sociedade.

* Resultados: capacitação dos concluintes; preparo para o exercício das funções profissionais; qualidade do curso (necessidades do mercado de trabalho, atualidade e relevância técnico-científica dos conteúdos, adequação do currículo às necessidades futuras) etc.

b) Avaliação da disciplina

Esse trabalho consiste, basicamente, em analisar aspectos pedagógicos, tais como: objetivos da disciplina; plano de ensino; procedimentos didáticos, atividades práticas, condições de infra-estrutura e de recursos humanos disponíveis para o desenvolvimento das disciplinas.

c) Avaliação do desempenho docente; implica em: desempenho técnico-científico (clareza, fundamentação, interrelação e domínio dos conteúdos, capacidade de síntese, etc.); desempenho didático-pedagógico (cumprimento de objetivos, procedimentos e materiais didáticos/bibliográficos); atitudes e valores, pontualidade, etc.

d) Avaliação dos estudantes: expresso em base acadêmica, participação, formação ética, presença integral, etc.

e) Avaliação do desempenho técnico-administrativo.

f) Avaliação da gestão universitária.

3.3 Avaliação Externa

Apresenta-se como um novo componente da avaliação na universidade, tendo o papel de ser complementar à avaliação interna. Neste contexto, tem como base: a auto-avaliação e a análise da comissão externa.

Os avaliadores externos devem ser profissionais com titulação e/ou experiência relevantes, representando os pares acadêmico-científicos, entidades de profissionais, egressos, etc.

Esta etapa da avaliação deverá analisar os seguintes aspectos (BRASIL/SESu/MEC, 1994:19):

“a) corpo docente: titulação, regime de trabalho, carga didática, produção acadêmica e seu impacto no ensino de graduação, rotatividade, endogenia, existência de pós-graduação e seu benefício à graduação, política de capacitação docente;

b) corpo técnico-administrativo: número, capacitação, adequação aos cursos:

c) corpo discente: oportunidades de pesquisa, bolsas, etc.

d) infra-estrutura: bibliotecas, laboratórios, oficinas, ateliers, escritórios, consultórios, outros espaços relacionados aos cursos de graduação;

e) análise dos currículos dos cursos de graduação;

f) mercado de trabalho: situação atual e tendências; frentes alternativas; áreas de trabalho potencial na região de influência da IES;

g) outros aspectos: relativos a especificidades institucionais, regionais, inclusive aspectos conjunturais, tais como padrões salariais, greves, que possam afetar motivação e desempenho de estudantes e professores.

h) estudo de acompanhamento de egressos”.

3.3 O EXAME NACIONAL DE CURSOS

O PAIUB não é a única sistema de avaliação das instituições de Ensino Superior Brasileiro, outra forma o Exame Nacional de Cursos o chamado “provão”, que foi instituído pela Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, que altera dispositivo da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, que no seu artigo 3º estabelece:

“Com vistas ao disposto na letra “e” do parágrafo 2º do artigo 9º da Lei nº 4.024, de 1961, com redação dada pela presente lei, o Ministério da Educação e do Desporto fará realizar avaliações periódicas das instituições e dos cursos de nível superior, fazendo uso de procedimentos abrangentes dos diversos fatores que determinam a qualidade e a eficiência das atividades de ensino, pesquisa e extensão”.

E o seu parágrafo 1º, diz:

“os procedimentos a serem adotados para as avaliações a que se refere o “caput” incluirão necessariamente a realização, a cada ano, de exames nacionais com base nos conteúdos mínimos estabelecidos para cada curso, previamente divulgados e destinados a aferir os conhecimentos e competência adquiridos pelos alunos em fase de conclusão dos cursos de Graduação”.

Posteriormente a promulgação desta lei, em 18 de março de 1996, foi editada a Portaria do MEC de nº.249, regulamentando o artigo 3º da Lei 9.131 com seus sete parágrafos.

A portaria estabelece a sistemática para a realização (anula do Exame Nacional de Cursos.

Desde sua instituição o “provão”, vem sofrendo críticas de diversas entidades vinculadas a educação superior. A Instituição que lidera tais manifestações é a União Nacional os Estudantes - UNE, que vêm promovendo uma campanha nacional para impedir o MEC de aplicar o “provão”.

De acordo com matéria publicada no Jornal Folha de São Paulo de 29.09.96, a campanha “Dê a nota que o ‘provão merece’ vai combater o exame final em duas frentes: ação judicial contra o MEC e boicote por parte dos alunos.

Ainda na mesma reportagem, Orlando Silva Jr., presidente da UNE, afirmou que a ação judicial poderá argumentar que o “provão” é inconstitucional porque obriga todos os formandos a fazer o teste, ferindo o artigo 207 da Constituição, que dá autonomia administrativa às universidades.

Em contrapartida, a mesma Folha de São Paulo de 24.07.1996, traz matéria sobre o assunto, onde a secretaria Nacional de Política Educacional do Ministério, Eunice Durham, que disse “com uma avaliação de conteúdos mínimos, já dá para inserir um critério de qualidade importante”. Segundo ela, essa avaliação também deve influir no processo de credenciamento no MEC dos cursos particulares e públicos.

Segundo Durham, “o que está acontecendo atualmente é uma disputa pelo mercado que está se expandindo muito lentamente - em parte por causa do gargalo do segundo grau”.

Para a Secretaria do MEC, as instituições são muito diversificadas, e poucas estão cuidando da sua qualidade, facilitando a obtenção de diplomas.

A universidade continua muito aquém de sua missão, isso não parece mais nenhuma novidade. Hoje, cobra-se muito dela e pouco se oferece, com certeza não é através de avaliações tipo “provão” que se reverterá o quadro vivido pelo Ensino Superior Brasileiro, principalmente as Universidades Públicas, alvo da maioria das críticas dirigidas a estas instituições.

Que a universidade resista a avaliações apressadas e provas de competência, aplicadas por quem talvez não a tenha, este talvez seja um dos grandes desafios da universidade que chega à maturidade neste fim de século.

4 METODOLOGIA

4.1 Pressuposto da Pesquisa

Considerando-se a preocupação da presente pesquisa, a de verificar as transformações no ensino de graduação devido a implantação do PAIUFSC. Os pressupostos que fundamentaram a sua realização foram:

- o grande potencial da avaliação é que ela cria uma cultura dentro da organização;
- a avaliação levanta questões a respeito da universidade, mas a questão central da avaliação é a qualidade.
- através da avaliação a instituição reafirma de forma permanente e inteirada os seus valores.
- avaliação institucional se constrói o longo prazo, exige paciência daqueles envolvidos diretamente no processo, condiciona a existência de condições prévias favoráveis à sua implementação e desenvolvimento.

4.2 Perguntas de Pesquisa

Com a finalidade de auxiliar a obtenção da resposta à questão central foram elaboradas perguntas de pesquisa, cujas respostas, individualmente, também serviram de subsídios, os quais, apoiaram as teorias existentes sobre o tema:

4.2.1 Qual a concepção original do Projeto de Avaliação Institucional da Universidade Federal de Santa Catarina?

4.2.2 Existem diferenças entre os resultados dos sub-projetos implantados de 1993 até 1995?

4.2.3 Até que ponto a avaliação docente realizada pelos discentes provocou efeitos nos cursos de Graduação da UFSC?

4.3 Plano de Pesquisa

A metodologia adotada será basicamente qualitativa. A abordagem qualitativa é uma forma adequada para o entendimento da natureza de um fenômeno social, tendo como objeto a análise de situações complexas e possibilitando o entendimento, em maior profundidade das particularidades do comportamento dos indivíduos envolvidos no processo (Richardson, 1985).

Por referir-se a um caso específico será adotado como método de investigação o estudo de caso. Este baseia-se no aprofundamento de casos particulares, ou numa análise intensiva de uma organização real. Por isso, ele recorre a técnicas de coleta das informações através de entrevistas e análise documental.

De acordo com Triviños (1987), o estudo de caso é um categoria de pesquisa cujo objeto é uma unidade que se analisa aprofundadamente . Suas características são dadas por duas circunstâncias, a natureza e abrangência da unidade e pelos suportes teóricos que servem de orientação em seu trabalho de investigador.

A perspectiva da pesquisa é longitudinal com cortes transversal, uma vez que se procura analisar a Avaliação Institucional realizada pelo UFSC no período de 1993 a 1996 (primeiro semestre). “Em um estudo de corte transversal, os dados são coletados em ponto no tempo, com base em uma mostra selecionada para descrever uma população nesse determinado momento”-

(Richardson, 1985). Quanto ao método de análise que identifica as características dos fenômenos, a ordenação e a classificação desses.

4.3.1 População

A população desta pesquisa compreende a comunidade acadêmica da Universidade Federal de Santa Catarina que, no período estudado participaram do processo de Avaliação Institucional.

A pesquisa documental foi fundamentada pelo Projeto de Avaliação Institucional da Universidade Federal de Santa Catarina elaborado em 1993 e na versão revisada em 1994. Também foram utilizados relatórios elaborados pela Comissão de Avaliação da Pró-Reitoria de Ensino e graduação nos anos de 1993/1995.

A pesquisa empírica foi realizada com base nas entrevistas feitas pela pesquisadora com sete coordenadores de cursos de graduação e, uma com o atual Reitor da UFSC.

4.3.2 Dados: Tipo, Coleta e Tratamento

Os tipos de dados utilizados neste estudo foram de duas fontes:

- dados primários: obtidos através de entrevistas não-estruturadas junto aos coordenadores de curso de Graduação da UFSC;
- dados secundários: análise de dados existentes em relatórios, boletins e outras publicações da Instituição.

Para verificar os subprojetos do PAIUFSC realizados no período estudado, foram utilizados os dados coletados questionários Avaliação do Docente pelo Discente (ADD), em 1993/2, 1994/2 e 1995/2; Avaliação Docente (AD), foram os resultados obtidos em 1994/2 e 1995/2. O subprojeto Programa de Formação Pedagógica dos Docentes obteve-se os resultados alcançados

(eventos e participantes) através de *folders* dos eventos e dos relatórios da PREG. Dados referentes ao questionário do Ex-aluno foram fornecidos pela CAEN; Os seminários de Cursos de graduação utiliza-se dos Cadernos “Subsídios para o Seminário de Avaliação de Curso”; Os resultados obtidos pela Avaliação da Pós-Graduação foram extraídos do “Relatório Geral Avaliação da Pós-Graduação”, elaborado pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação;

Conforme Ferrari (1982), “a pesquisa documental realiza-se sobre materiais que se encontram elaborados. São fontes acabadas que não receberam ainda um tratamento analítico ou, se isso aconteceu, ainda podem oferecer contribuições de reforço, ou podem ainda receber uma nova reformulação de acordo com os objetivos da pesquisa”.

Para Richardson et al. (1985), “a análise documental consiste em uma série de operações que visam a estudar e analisar um ou vários documentos para descobrir as circunstâncias com as quais podem estar relacionadas”.

As transformações no ensino de graduação devido a implantação da Avaliação foram detectadas através de entrevistas não estruturadas junto aos coordenadores de curso, bem como mediante a análise dos questionários elaborado pela CAEN e respondidos pelo corpo docente sobre o processo de avaliação em agosto de 1996.

Richardson et. al. (1985), afirmou que a entrevista não estruturada “visa a obter do entrevistado o que ele considera os aspectos mais relevantes de determinado problema: as suas descrições de uma situação em estudo”. os autores ainda comentam que este tipo de entrevista possibilita a obtenção de informações detalhadas que permitem ser utilizadas em uma análise qualitativa.

Os depoimentos coletados através de entrevista não estruturada com os coordenadores foram interpretados e analisados de forma qualitativa. Para isso, os procedimentos adotados foram: separar os depoimentos dos entrevistados, confrontar os depoimentos, e analisar seu conteúdo visando buscar informações.

Após a análise dos dados obtidos, foi feita uma sistematização das respostas positivas quanto as mudanças ocorridas e das negativas com as devidas explicações dos respondentes. O objetivo principal da análise é indicar as transformações decorrentes do processo de avaliação nos cursos de graduação, além disso fornecer subsídios a UFSC e as demais universidades brasileiras nos seus processo de Avaliação Institucional.

4.4 Limitações

Mesmo considerando os cuidados aplicados nesta pesquisa, foram constatados alguns pontos limitativos, que se apresentam em trabalhos de natureza empírica, a seguir, estão relacionados os que foram considerados mais significativos em termos de possível interferência em seus resultados:

a) O estudo foi realizado apenas sobre o ensino de graduação, não podendo ser generalizado para toda a Instituição;

b) Os dados coletados através de entrevistas não estruturadas com os coordenadores de curso transmitem a percepção dos respondentes sobre o tema pesquisado, na ocasião da coleta. Vale ressaltar que os dados oriundos de percepção, muitas vezes, refletem juízos de valor pessoal, contextual e histórico, não representando a realidade da Instituição analisada neste estudo;

c) Não foram realizadas entrevistas com o Corpo discente, não se obtendo, desta forma, a percepção dos alunos sobre o assunto;

d) Não foi possível resgatar informações relativas as experiências de avaliação anteriores ao PAIUFSC:

e) Considerando que o processo de avaliação ainda encontra-se em implantação, os dados obtidos na pesquisa são apenas parciais.

5 A AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

5.1 A Instituição

A Universidade Federal de Santa Catarina foi criada pela Lei nº 3.849 de 18 de dezembro de 1960, reunindo as faculdades de Direito, Medicina, Farmácia, Odontologia, Filosofia, Ciências Econômicas, Serviço Social e Engenharia Industrial, sendo oficialmente instalada em 12 de março de 1962 (Guia Acadêmico, 1995).

Conforme o Boletim de Dados 1991/1995 - UFSC - em 1995, contava com 1.687 alunos na Educação Básica, 15.875 de Graduação, e 3.163 alunos de Pós-Graduação. A população acadêmica total nesse período era de 20.725. Seu corpo técnico administrativo é formado por 3.350 servidores e o quadro docente por 1.808 professores. O professor Rodolfo Joaquim Pinto da Luz é o atual reitor, tendo como vice-reitor Lúcio José Botelho, gestão 1996-2000.

A UFSC é uma instituição pública autárquica de ensino, vinculada ao Ministério da Educação. O campus universitário está localizado no bairro da Trindade, no município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, numa área de um milhão de metros quadrados, com 187.452 metros quadrados de área construída.

Congregam a UFSC, além do campus, o Colégio Agrícola de Camboriú e o de Araquari. Detém a concessão da ilha de Anhatomirim, onde está instalada a Fortaleza de Santa Cruz, a guarda da Fortaleza de Santo Antônio na Ilha de Ratonés Grande e da Fortaleza de São José da Ponta Grossa, ao norte da Ilha de Santa Catarina. Desenvolve junto às fortalezas trabalhos de pesquisa na

área de aquicultura, mamíferos aquáticos e trabalhos de turismo educativo com a participação de estudantes universitários.

Com a reforma universitária, a UFSC adquiriu a seguinte estrutura didática e administrativa:

- Órgãos Deliberativos Centrais:

Conselho Universitário;
Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão;
Conselho de Curadores

- Órgãos Executivos Centrais:

Reitoria;
Vice-Reitoria;
Pró-Reitorias;
Secretaria Especial de Planejamento.

- Órgãos Deliberativos Setoriais:

Conselhos Departamentais;
Departamentos.

- Órgãos Executivos Setoriais:

Diretorias de Centros;
Chefias de Departamentos.

- Órgãos Suplementares:

Biblioteca Universitária;
Restaurante Universitário;
Imprensa Universitária;
Museu Universitário;
Hospital Universitário;
Núcleo de Processamento de Dados;
Escritório de Assuntos Internacionais;
Editora Universitária;
Biotério Central.

A atual estrutura prevê cinco Pró-Reitorias e uma Secretaria:

- Pró-Reitoria de Ensino de Graduação;
- Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós- Graduação;
- Pró-Reitoria de Assuntos da Comunidade Universitária;
- Pró-Reitoria de Administração;.

- Pró-Reitoria de Cultura e Extensão;
- Secretaria de Planejamento

A UFSC é dividida atualmente em onze centros, onde são ministrados vinte e oito cursos de graduação, se consideradas as habilitações oferecidas por estes cursos, totaliza sessenta. Oferece, ainda, vinte e oito cursos regulares de mestrado e dez de doutorado, além de promover eventuais cursos de especialização. Acrescenta-se ainda, o ensino de 1º e 2º graus ministrados em seu colégio de aplicação e nos colégios agrícolas de Araquari e Camboriú e a creche para os filhos de professores, funcionários e alunos.

Possui além da biblioteca central, oito setoriais com um acervo estimado em 257.673 volumes, incluindo obras técnicas e científicas, obras de referência, periódicos gerais, especializados e materiais especiais. Utiliza o sistema de classificação decimal universal (CDU) e possui catálogos de autor, de título, alfabético e sistemático do assunto, para assunto, para acesso às informações. Oferece os serviços de alerta, comutação bibliográfica (COMUT -- BRITISH LIBRARY LENDING) consulta e leitura, empréstimos domiciliares, visitas orientadas, cabines para estudo, fotocópias de documentos, salas para estudo individual, reserva e serviço público de acesso à base de dados (Projeto SPA).

Quanto à rede de informações, está a cargo do núcleo de processamento de dados, que operacionaliza o sistema computacional Main Frame da UFSC, hoje constituído dos computadores IBM 3050, modelo 170J, equipado com facilidades de processamento vetorial com 64 mb de memória principal e 17Gb em disco e o CONVEx e 210 dotado também de processamento vetorial com 64 mb de memória.

A rede de terminais está em fase de expansão e no momento conta com cento e cinquenta terminais interligados com uma rede Ethernet com trinta estações SUN, IBM e INTERPRO 32.

Quanto as atividades de apoio estudantil a universidade oferece programas de bolsas, orientações de moradia, aulas particulares e viagens de estudos.

Os dados apresentados mostram que a UFSC desenvolve múltiplas atividades. Objetivando alcançar melhores condições para desempenhar sua atividade fim, que é o que todas as universidades, o ensino, a pesquisa e a extensão. Dessa forma, em março de 1993, a UFSC deu início à execução de seu Projeto de Avaliação Institucional (PAIUFSC), que será objeto de discussão desse capítulo.

5.2 O Projeto de Avaliação Institucional da Universidade Federal de Santa Catarina - PAIUFSC

A administração da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, na gestão 92/96, teve na avaliação institucional um dos principais itens da sua proposta de trabalho apresentada à comunidade universitária, quando assumiu a direção da universidade.

A avaliação institucional já era assunto na UFSC desde 1988, quando foi realizado em Florianópolis o Encontro Regional Sul sobre Avaliação da Educação Superior. Antes da UFSC, pelo menos duas universidades já haviam implantado projetos de avaliação institucional, a Universidade Estadual de Campinas/SP - UNICAMP e a Universidade de Brasília - UNB.

A liderança nacional do processo de avaliação institucional pertence a estas universidades, cujos projetos foram referência para diversas universidades realizarem os seus próprios projetos.

A concepção do projeto de avaliação institucional da UFSC (PAIUFSC) foi construída com base em sete princípios que nortearam os elaboradores do projeto. Sendo eles:

1. - Globalidade
2. - Comparabilidade
3. - Respeito à identidade institucional
4. - Não premiação ou punição
5. - Adesão voluntária
6. - Legitimidade
7. - Continuidade

Observa-se, com relação aos princípios, uma pluralidade de expectativas por meio das quais a UFSC entendeu e desejou conduzir seu processo de avaliação institucional. Apesar da amplitude dos princípios estabelecidos são fiéis àqueles preconizados pela proposta nacional.

O objetivo geral do projeto de avaliação da UFSC é “promover a avaliação institucional da UFSC visando a sensibilizar a comunidade universitária para firmar valores que levem a melhoria da qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão em função dos alunos, satisfazendo as necessidades sociais detectadas”.

Como objetivos específicos, o projeto contém:

- a) Construir uma metodologia de avaliação da qualidade do trabalho universitário integrada ao programa de avaliação institucional das universidades brasileiras (PAIUB);
- b) Obter subsídios para o planejamento das atividades da UFSC, a nível administrativo;
- c) Obter subsídios para propor indicadores de qualidade do trabalho desenvolvido pela instituição;
- d) Diagnosticar o desempenho docente no tocante ao ensino, à pesquisa e à extensão;
- e) Avaliar os cursos;
- f) Avaliar o desempenho dos departamentos;
- g) Avaliar as condições de trabalho dos docentes e dos alunos;

h) Identificar, sob uma perspectiva pedagógica, acertos e erros no processo ensino-aprendizagem para motivar professores e alunos a melhorar a qualidade do ensino;

i) Avaliar, sob uma perspectiva administrativa, as condições, o planejamento e a execução do processo ensino-aprendizagem, para implantação de planos visando à melhoria da qualidade de ensino;

j) Diagnosticar o desempenho administrativo no tocante às atividades de ensino, pesquisa e extensão.

A metodologia desenvolvida no projeto PAIUFSC é definida em três etapas: a de preparação (conscientização/aceitação dos envolvidos); a de aplicação de instrumentos de coleta e organização das informações; e a de geração das transformações necessárias na elaboração de planos para introduzir novos padrões de qualidade do Ensino, da Pesquisa e da Extensão.

De modo geral, o desenvolvimento da proposta por etapas está de acordo com a proposta nacional.

O projeto da UFSC foi organizado na forma de subprojetos: Programa de Formação Pedagógica para os Docentes da UFSC, Questionário ao Aluno, Questionário ao Professor, Questionário ao Ex-aluno, Informações da Instituição, Avaliação da Pós-Graduação, Seminários de Curso de Graduação, Seminários de Pós-Graduação.

O esquema a seguir mostra todas as etapas do processo de avaliação que serão efetivados no PAIUFSC.

5.2.1 Programa de Formação Pedagógica dos docentes (PFPD)

O PFPD tem como objetivo sensibilizar a comunidade acadêmica para a necessidade de atualização, revisão, crescimento pedagógico e avaliação do processo ensino/aprendizagem como um todo.

Este é um evento semestral que já está incorporado ao Calendário Acadêmico da UFSC. É feita uma consulta à Comunidade Universitária a respeito de seus interesses na questão e sobre que pessoas contatar, além do tipo de evento a ser programado. Durante dois dias, em que não se ministram aulas, os professores participam de palestras, simpósios, cursos, seminários e outras atividades que têm como objetivo propiciar uma reflexão que leve a um crescimento da formação pedagógica, superando as fragilidades detectadas na avaliação das atividades docentes.

5.2.2 Questionário ao Aluno

A avaliação docente feita pelo discente tem como instrumento de coleta de dados um Questionário ao Aluno, aplicado em cada disciplina e turma, ao final do semestre. Este instrumento busca avaliar o desempenho docente, o conteúdo da disciplina, a participação do aluno e as condições objetivas para a concretização das atividades de ensino.

5.2.3 Questionário ao Professor

O Questionário ao Professor procura identificar as dificuldades e necessidades para que o trabalho em ensino, pesquisa e extensão seja desenvolvido plenamente. Face à diversidade na distribuição do tipo de atividade do professor (ensino, pesquisa, extensão e administração), foram elaborados questionários que se destinavam a grupos de professores que desempenham funções semelhantes.

5.2.4 Questionário ao Ex-aluno

O Questionário ao Ex-aluno busca verificar a influência do currículo do curso de graduação na formação desses profissionais, visando recolher sugestões para a sua melhoria. Este questionário foi encaminhado aos ex-alunos.

5.2.5 Informações da Instituição

Este subprojeto tem por objetivo buscar informações sobre a instituição em documentos produzidos rotineiramente pela universidade, como o PTD (Plano de Trabalho Departamental), o Plano de Capacitação Docente, o Boletim de Dados Estatísticos, os Planos Estratégicos de Desenvolvimento da UFSC, Planos Diretores, entre outros.

5.2.6 Seminário de Curso de Graduação

Cada curso de graduação, considerando suas especificidades e utilizando como base os resultados dos questionários e as informações da Instituição, realizará um Seminário de Curso com a participação de entidades de classe, dos conselhos regionais, ex-alunos, alunos e professores.

5.2.7 Avaliação da Pós-graduação

A avaliação dos programas de pós-graduação stricto sensu pretende aprofundar a avaliação hoje coordenada pela CAPES, institucionalizando o processo contínuo de crítica e auto-crítica.

5.2.8 Seminário de Pós-Graduação

Espaço para a análise, interpretação e crítica dos dossiês e demais documentos produzidos pelos cursos e pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação.

5.2.9 Documento Síntese

O conjunto de relatórios parciais oriundos de cada subprojeto citado servirá de base para a produção de um Documento Síntese.

5.2.10 Avaliação Externa

A Avaliação Externa deverá ser desenvolvida por um grupo, capacitado para tal, sem vínculos diretos com a UFSC, possibilitando desta forma um trabalho com alto grau de imparcialidade. O Objetivo é oferecer maior credibilidade ao processo, pois a Avaliação Externa, neste momento, passará a ser o primeiro passo de um processo de avaliação contínuo e permanente.

Após serem desenvolvidas estas atividades, e com a produção do documento síntese, que será o conjunto de relatórios parciais oriundos de cada subprojeto. Esse documento credenciará a UFSC a realização da Avaliação Externa, última etapa do PAIUFSC.

O primeiro subprojeto a ser iniciado foi o Primeiro Programa de Formação Pedagógica para os docentes da Instituição. Posteriormente, transformou-se em atividade semestral em que acontecem eventos, como: seminários, *workshops*, aulas inaugurais, simpósios, apresentação de vídeos, etc.

5.3 Os Resultados do PAIUFSC até 1995

5.3.1 Programa de Formação Pedagógica dos Docentes

O Programa de Formação Pedagógica dos Docentes da UFSC é parte integrante do Projeto de Avaliação Institucional da UFSC com o objetivo de sensibilizar a comunidade acadêmica para a necessidade de um espaço de atualização, revisão e crescimento pedagógico ao mesmo tempo em que se propunha uma avaliação do processo de ensino-aprendizagem como um todo.

Assim, o PFPD transformou-se num evento semestral incorporado ao calendário acadêmico da UFSC. São dois dias considerados letivos, porém sem ministração de aula, em que os docentes participam de palestras, simpósios, cursos, seminários e outras atividades programadas que têm por objetivo principal propiciar uma reflexão pedagógica dos professores, superando as fragilidades detectadas na avaliação das atividades docentes.

Dessa forma, com a primeira experiência realizada em 1993, o programa está na 7ª edição prevista para acontecer nos dias 16 e 17 de outubro de 1996.

5.3.1.1 Metas Atingidas pelos Programas Realizados

5.3.1.2 Programa de Formação Pedagógica dos Docentes 1

O primeiro programa da série, realizou-se nos dias 9 e 10 de março de 1993, conforme o calendário acadêmico 93/1 da UFSC.

Foram realizados 12 (doze) seminários de atualização didático-pedagógica, ministrados por professores de várias universidades brasileiras, convidados de acordo com a temática proposta. Compareceram ao evento

professores, servidores, técnico-administrativos e alunos da UFSC, além de professores de outras IES do Estado.

Quadro 1 - Participações no Programa de Formação Pedagógica dos Docentes I

Professores	708
Alunos	77
Técnico-Administrativos	02
Visitantes	17
Total Geral	804

Fonte: PREG/CAEn-UFSC

5.3.1.1.2 Programa de Formação Pedagógica dos Docentes 2

A segunda edição do programa foi realizada nos dias 10 e 11 de novembro de 1993. Aconteceram um total de 18 eventos, dentre palestras, cursos, mesa redonda, etc. A programação continua também atividades culturais, esportivas e de lazer aos alunos.

Quadro 2 - Participação no Programa de Formação Pedagógica dos Docentes 2

Professores	417
Alunos	157
Técnico-Administrativos	30
Visitantes	77
Total Geral	681

Fonte: PREG/CAEn-UFSC

5.3.1.1.3 Programa de Formação Pedagógica dos Docentes 3

O PFPD foi Realizado nos dias 11 e 12 de maio de 1994, com 30 atividades entre cursos, seminários, palestras, conferências e mesas redondas, distribuídas nos vários auditórios e salas dos diversos centros da UFSC, durante os três períodos, matutino, vespertino e noturno. Participaram do 3º PFPD 1004 (um mil e quatro) pessoas, distribuídas conforme o Quadro abaixo:

Quadro 3 - Participação no Programa de Formação Pedagógica dos Docentes 3

Visitantes	148
Serv.Técnicos Administrativos	026
Alunos	300
Professores	520
Colégio Agrícola de Camboriú	001
Jardim Sintufsc	009
Total Geral	1004

Fonte: PREG/CAEn - UFSC

5.3.1.1.4 Programa de Formação Pedagógica dos Docentes 4

Por questões internas da UFSC, o 4º PFDPA foi realizado ao longo dos meses de outubro e novembro, não havendo portanto, a concentração nos dias 3 e 4 de novembro/94, conforme previsto no calendário acadêmico participaram dos 37 eventos programados 1542 pessoas, distribuídas conforme o Quadro 4 a seguir:

Quadro 4 - Participação no Programa de Formação Pedagógica dos Docentes 4

Professores da UFSC	491
Professores Visitantes	129
Total Professores	620
Ser. Tec. Adm. UFSC	38
Ser. Tec. Adm. Visitantes	29
Total ser. tec. adm.	67
Alunos da UFSC	667
Alunos Visitantes	78
Total Alunos	745
Visitantes	110
Total Geral	1542

Fonte: PREG/CAEn - UFSC

5.3.1.1.5 Programa de Formação Pedagógica dos Docentes 5

Em sua 5ª edição o programa realizou 35 eventos. A coordenação do evento entendeu não ser suficiente a realizá-lo em dois dias, dessa forma, a programação ocorreu entre os dias 09 à 12 de maio de 1995. Outra inovação foi a descentralização da organização, as unidades foram responsáveis pela melhor forma de participação dos seus docentes. O total de participantes foi de 1449, e as participações perfizeram um total de 2101. A diferença entre participantes e participações, deve-se a liberdade que os participantes em assistir a um ou mais eventos.

Quadro 5 - Participação no Programa de Formação Pedagógica dos Docentes 5

Professores	680
Alunos	543
Técnico-administrativos	32
Visitantes	194
Total Geral	1449

Fonte: PREG/CAEn-UFSC

5.3.1.1.6 Programa de Formação Pedagógica dos Docentes 6

O último programa com 39 atividades entre cursos, mini-cursos, oficinas, *workshops* e seminários. Realizado entre os dias 02 e 05 de outubro de 1995. Manteve a tendência de elevação tanto no número de participantes e participações, como no total de eventos realizados, demonstrando uma certa tendência a consolidação do subprojeto.

5.3.2 Avaliação do Docente pelo Discente (ADD)

5.3.2.1 O projeto Piloto

O Projeto Piloto, foi uma etapa do processo de avaliação. De acordo com o “Relatório do Projeto Piloto de Avaliação do Discente pelo Discente 93-1, em março de 93, a Pró-Reitoria de Ensino de Graduação- PREG, através do Pró-reitor de Ensino de Graduação enviou aos professores um ofício circular comunicando aos docentes a intenção de realizar, a partir daquele semestre, um processo de avaliação do docente pelo discente, com a participação da totalidade dos envolvidos e anunciar os aspectos que se constituíram em objetos de avaliação.

Posteriormente, (maio 93), uma proposta de questionário foi encaminhada pela PREG à comunidade universitária, para sugestões e críticas. As sugestões e críticas foram apresentadas pelos docentes e subsidiaram a Comissão de Avaliação a elaborar a versão final do questionário que seria posteriormente aplicado em caráter definitivo.

Em função da descontinuidade do semestre letivo e da necessidade de aprofundamento do tema, a aplicação do questionário de avaliação foi adiada. Apesar da decisão pela não aplicação do questionário naquele semestre, os colegiados dos cursos de Engenharia Mecânica, História, Medicina, Comunicação Social/Jornalismo e Nutrição manifestaram a intenção de avaliar os seus cursos mesmo diante da impossibilidade de reformulação do questionário para aplicação naquele momento.

Dessa forma, se deu o início da etapa denominada Projeto Piloto 93-1, envolvendo 5 dos 35 cursos de graduação da UFSC.

O processo caracterizou-se pelas seguintes etapas: preparação (conscientização/aceitação dos envolvidos) aplicação dos instrumentos de coleta e organização das informações, e como etapa final a proposta de transformações necessárias, com vistas à criação de planos para novos padrões de qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão.

A metodologia de aplicação do questionário ao aluno, previu um contato inicial dos mesmos com os professores que seriam avaliados, buscando, inclusive, saber se estes últimos concordavam em participar do processo.

O coordenador de curso passou a conduzir o processo de aplicação dos questionários, que após a aplicação dos questionários, que após a aplicação foram encaminhados a PREG para digitação e processamento. Os dados agrupados por turma, deram origem a um relatório, entregue juntamente com o questionário, lacrado aos professores, os coordenadores receberam os resultados da avaliação por curso e outro onde foram agrupadas todas as turmas, denominado relatório global.

Os resultados obtidos com o projeto inicial foi considerado positivo pela Comissão de Avaliação, considerando a aceitação dos professores e alunos; foram respondidos 2188 questionários, estando os alunos agrupados em 144 turmas, conforme quadro abaixo:

Quadro 6 - Quantidade de Turmas por Curso no Projeto Piloto

Cursos	Quantidade de turmas
Jornalismo	57
Medicina	28
Engenharia Mecânica	18
Nutrição	17

Fonte: PREG/CAEn - UFSC

Na aplicação piloto (anexo1), onde foram avaliados 5 dos 35 cursos da UFSC de centros diferentes. Conforme o relato de coordenadores e aplicadores forma poucos os professores e alunos que não aceitaram participar. Outro aspecto considerado pela CAEN positivo do projeto, além de permitir testar o instrumento (questionário) e a metodologia foi o de servir como fator de sensibilização da comunidade universitária para a continuidade do processo de avaliação.

5.3.2.2 Avaliação do Docente pelo Discente (ADD)

A avaliação docente feita pelo discente tem como instrumento de coleta de dados um questionário ao aluno (anexo), aplicado em cada disciplina e turma ao final do semestre. Este subprojeto foi iniciado por ocasião do Projeto Piloto e, ampliado para toda universidade em 1993/2, quando contou com a participação de 1387 turmas. Os números da tabela X indicam o incremento que ocorreu no número de turmas participantes do processo.

**Tabela 1 : Avaliação docente pelo discente- comparação global
(93/2, 94/2, 95/2)**

	ANO		1993		1994		1995	
	Total de Turmas		1387	2249	2225			
Sobre o Plano de Ensino	Qtde.	%	Qtde.	%	Qtde.	%		
1 - O professor apresentou o plano de Ensino	1301	93.8	2190	97.4	2172	97.6		
1.1 - Os objetivos da disciplina...	1333	96.1	2208	98.2	2193	98.6		
1.2 - O conteúdo a ser desenvolvido...	1332	96.0	2209	98.2	2189	98.4		
1.3 - Metodologia de ensino utilizada (atividades do professor e dos alunos) ?	1320	95.2	2202	98.0	2177	97.8		
1.4 - Formas de avaliação...	1340	96.6	2210	98.3	2188	98.3		
1.5 - Cronograma de avaliação...	1268	91.4	2142	95.2	2129	95.7		
1.6 -Bibliografia...	1314	97.7	2185	97.1	2166	97.3		
Sobre a Disciplina								
2 - Ficaram claros os objetivos da disciplina ?	1284	92.6	2170	96.5	2166	97.3		
3 - O conteúdo ministrado possibilitou o alcance dos objetivos ?	1215	87.6	2101	93.4	2093	94.1		
4 - Você percebeu a ligação desta discip. com as demais do curso ?	1248	90.0	2099	93.3	2119	95.2		
5 - A organiz. dos conteúdos da discip. favoreceu a aprendizagem ?	1203	86.7	2073	92.2	2047	92.0		
6 - O numero de aulas foi suficiente ativid. previstas disciplina ?	1120	80.7	2023	89.9	2035	91.5		
7 - A bibliografia indicada facilitou compreensão dos conteúdos ?	1220	88.0	2089	92.9	2084	93.7		
8 - Você gostou de ter feito esta disciplina ?	1203	86.7	2043	90.8	2050	92.1		
Sobre o desempenho docente								
9 - O professor foi claro na apresentação conteúdos disciplina ?	1231	88.7	2119	94.2	2110	94.8		
10 - A atitude do professor mostrou segurança nas respostas ?	1210	87.2	2114	94.0	2131	95.8		
11 - O professor mostrou segurança respostas questionamentos .. ?	1300	93.7	2162	96.1	2156	96.9		
12 - O professor conseguiu criar um clima favorável sua partic. ... ?	1203	86.7	2094	93.1	2114	95.0		
13 - O professor esteve disponível para atendimento extraclasse ?	1259	90.8	2136	95.0	2125	95.5		
14 - O prof. teve preocupação de relacionar esta disciplina c/ demais?	1161	83.7	2016	89.6	2167	92.9		
15 - Houve empenho do prof. em situar disciplina contexto amplo ?	1159	83.6	1966	87.4	2028	91.1		
16 - Os proced. didáticos adotados ... favoreceu seu desempenho ?	1173	84.6	2027	90.1	2047	92.0		
17 - As aulas ministradas lhe pareceram bem preparadas ?	1223	88.2	2099	93.3	2101	94.4		
18 - O professor procurou convencê-lo da import. desta disciplina...?	1219	87.9	2063	91.7	2106	94.6		
19 - O plano de ensino foi cumprido ?	1298	93.6	2194	97.5	2184	98.2		
20 - O professor foi assíduo ?	1330	95.9	2201	97.9	2179	97.9		
21 - O professor foi pontual ?	1305	94.1	2185	97.1	2153	96.8		
22 - Você gostaria de cursar outra discip. com este mesmo prof. ?	1051	75.8	1868	83.1	1893	85.1		
Sobre a avaliação								
23 - O resultado das avaliações...correspondeu...desemp. na discip.?	1217	87.7	2051	91.2	2019	90.7		
24 - O nível de exigência ... compatível ...atividades em aula ?	1222	88.1	2067	91.9	2045	91.9		
25 - Antes de submeter a novas aval., o prof. divulgava result. ?	1193	86.0	2104	93.5	2098	94.3		
26 - Após o resultado das avaliações, o prof. discutia os result. ?	1015	73.2	1789	79.5	1860	83.6		
27 - Estavam claras as "regras do jogo" com relação a avaliação ?	1259	90.8	2143	95.3	2127	95.6		
Sobre o aluno								
28 - Você possuía os conhecimentos neces... acompanhar discip.?	1283	92.5	2133	94.8	2148	96.5		
29 - Você realizou as ativid. desenvolvidas no decorrer da aula ?	1371	98.8	2228	99.1	2204	99.1		
30 - Você sentiu neces. de procurar aux. do prof. fora horário aulas ?	559	40.3	840	37.3	880	39.5		
31 - Você participou de atividades extraclasse...?	589	42.5	1020	45.3	1252	56.3		
Sobre as condições da UFSC								
32 - A biblioteca (central ou setorial) atendeu as suas necessidades face a esta disciplina ?	631	45.5	1172	52.1	1281	57.6		
33 - As condições materiais (lab., l. exerc.,...) oferecidas...foram adequadas ?	734	52.3	1358	60.4	1509	67.8		
34 - O ambiente físico em que esta discip. foi ministrada estava adequado ?	901	65.0	1545	68.7	1652	74.2		

Fonte: PREG/CAEn - UFSC

- A quantidade 1301 da tabela, significa que, 1301 de 1387 deram como respostas majoritárias sim ou praticamente sim a tal questão

Conforme o relatório anual -1994 do PAIUFSC, “a participação expressiva pode ser observada, se atentarmos para o envolvimento de todos os centros da universidade, de praticamente todos os seus departamentos e cursos.”

Ainda, o relatório enfatiza o fato de que a participação tanto de professores quanto de alunos no processo é voluntária, não havendo qualquer vinculação a mecanismos de punição ou premiação.

Uma leitura comparativa dos resultados globais da ADD nos últimos três anos, dos seis itens avaliados (sobre o plano de ensino, sobre a disciplina, sobre o desempenho docente, sobre a avaliação, sobre o aluno, sobre as condições da UFSC), demonstra uma melhora significativa em quase todos eles.

É perceptível em alguns aspectos da avaliação uma ligeira variação positiva em alguns itens, como por exemplo o que diz respeito as condições da UFSC. A biblioteca que na avaliação 93/2 teve conceito 45,5% dos alunos, sugerindo insatisfação dos usuários, em 95/2 obteve conceito 57,6%, indicando uma sensível melhoria na sua avaliação. Entretanto, deve continuar a merecer atenção da universidade todos os itens que se referem as condições materiais, que mesmo indicando uma tendência positiva, na avaliação dos discentes, ainda é de longe o que recebe os piores índices de aprovação.

Dentre os itens melhores avaliados pelos alunos, o desempenho docente foi o que apresentou maiores resultados mais positivos, todas as quatorze perguntas que compõem este item se compararmos os dados de 1993/2 e 1995/2, observa-se um grau de satisfação dos alunos em relação ao desempenho didático-pedagógico docente.

5.3.2.3 Avaliação Docente (AD)

A avaliação docente tem como instrumento de coleta de dados, um questionário dirigido ao professor, com questões basicamente iguais aquelas da avaliação docente pelo discente.

Esta avaliação foi realizada pela primeira vez como piloto, no curso de graduação em Ciências Contábeis. A adesão dos professores foi voluntária, vinte e três dos vinte e seis professores do departamento responderam ao questionário num total de trinta e cinco turmas envolvidas.

Para a avaliação docente foi elaborado um questionário composto por trinta e quatro perguntas, divididas em seis agrupamentos, que enfocavam basicamente as mesmas questões constantes do questionário apresentado ao aluno.

A tabela X2 mostra uma comparação por agrupamento, os resultados da AD no semestre 94/2 e a AD 95/2. Como verificado anteriormente na ADD, o número de questionários respondidos na avaliação docente nos dois anos em que foi realizada, também sofreu um ligeiro acréscimo no número de questionários respondidos.

Outra comparação que se pode fazer entre as duas avaliações é que tanto os discentes como os docentes, indicaram como aspecto mais frágil da UFSC as suas condições materiais.

Esta concordância por parte de alunos e professores, aponta que a instituição deve cuidar com mais atenção da sua infra-estrutura, uma vez que a sua melhoria é fundamental para o desenvolvimento de suas atividades com qualidade.

Tabela 2: Avaliação docente- comparação global (94/2, 95/2).

	ANO		1994		1995	
	Total de Questionários Respondidos		2705	2772		
Sobre o Plano de Ensino	Qtde.	%	Qtde.	%	≠	
1 - O plano de ensino foi apresentado ...no início do período letivo ?	2584	95.5	2619	94.5	-1.0	
2 - Cópia do plano de ensino foi entregue a cada um dos alunos ?	1994	73.7	2170	78.3	+4.6	
3 - O plano de ensino foi discutido com os alunos ?	1982	73.2	2174	76.6	+3.4	
4 - O plano foi alterado após discussão com os alunos ?	509	18.8	544	19.6	+0.8	
5 - Sentiu dificuldades na elaboração do Plano de Ensino ?	281	10.3	283	10.2	-0.1	
6 - Foi possível cumprir o Plano de Ensino da disciplina ?	2427	89.7	2492	89.8	+0.1	
Sobre a Disciplina						
7 - Articulou esta disciplina com as demais do curso ?	2210	81.7	2332	84.1	+2.4	
8 - O conteúdo ministrado possibilitou o alcance dos objetivos ?	2594	95.8	2594	93.5	-2.3	
9 - Sentiu dificuldades na preparação das aulas desta disciplina ?	465	17.1	365	13.2	-3.9	
10 - O número de aulas foi adequado ao conteúdo desta disciplina ?	2119	78.3	2008	72.4	-5.9	
11 - Considera esta disciplina importante no currículo deste curso ?	2632	97.3	2663	96.0	-1.3	
12 - Procurou adaptar o conteúdo ... discip. as especificidade deste curso ?	2554	94.4	2629	94.8	+0.4	
13 - Gostaria de ministrar esta disciplina outra vez ?	2585	95.5	2600	93.7	-1.8	
Sobre o desempenho docente						
14 - Conseguiu criar um clima favorável a particip. dos alunos em sala de aula ?	2563	94.7	2635	95.0	+0.3	
15 - Comunicou aos alunos seu horário de atendimento extraclasse ?	2273	84.0	2393	86.3	+2.3	
16 - Os alunos o procuraram, para tal atendimento ?	1346	49.7	1242	44.8	-4.9	
17 - Conseguiu situar esta disciplina num contexto mais amplo ?	2464	91.0	2496	90.0	-1.0	
18 - Conseguiu se manter atualizado com relação ao conteúdo desta disciplina ?	2622	96.9	2666	96.1	-0.8	
19 - Conseguiu "mostrar" a importância desta disciplina na formação dos alunos ?	2584	95.5	2651	95.6	+0.1	
20 - Os procedimentos didáticos adotados favoreceram o desempenho dos alunos ?	2558	94.5	2649	95.5	+1.0	
21 - Avaliou positivamente seu desempenho docente nesta disciplina ?	2596	95.9	2667	96.2	+0.3	
Sobre a avaliação						
22 - Deixou claro para os alunos quais seriam as regras da avaliação para a disciplina ?	2638	97.5	2679	96.6	-0.9	
23 - O nível de exigência... compatível...atividades em aula ?	2636	97.4	2668	96.2	-1.2	
24 - Divulgou o resultado da avaliação antes de submeter os alunos ... avaliação subseq. ?	2455	90.7	2523	91.0	+0.3	
25 - Discutiu com os alunos os resultados de cada avaliação ?	2173	80.3	2092	75.4	-4.9	
26 - Aproveitou a avaliação como uma etapa do processo de ensino-aprendizagem ?	2427	89.7	2345	84.5	-5.2	
27 - O resultado das avaliações refletiu o efetivo desempenho dos alunos ?	2556	94.4	2585	93.2	-1.2	
Sobre o aluno						
28 - Os alunos estavam preparados para esta disciplina ?	1936	71.5	2167	78.1	+6.6	
29 - Os alunos desta turma faziam as tarefas recomendadas ?	2174	80.3	2255	81.3	+1.0	
30 - Incentivou os alunos a participar de atividades extraclasse ?	2008	74.2	2260	81.5	+7.3	
Sobre as condições da UFSC						
31 - A biblioteca (central ou setorial) atendeu as suas necessidades face a esta disciplina ?	1329	49.1	1376	49.6	+0.5	
32 - A biblioteca (central ou setorial) atendeu as neces. dos alunos com relação disc. ?	1218	45.0	1386	50.0	+5.0	
33 - As condições materiais (lab.,l.,exerc,...) oferecidas, estiveram disponíveis ?	1693	62.5	1899	68.5	+6.0	
34 - O ambiente físico em que esta discip. foi minist. estava adequado ?	1913	70.7	1923	69.3	-1.4	

Fonte: PREG/CAEn - UFSC

- A quantidade 2584 da tabela, significa que, 2584 professores responderam sim ou praticamente sim a questão.

Outro item que merece destaque é o atendimento extra-classe dos alunos. Os dados demonstram ser bastante reduzido o número de alunos que procuram os professores fora da sala de aula. Sugerindo estudos mais específicos para detectar as causas da pouca motivação dos alunos nesse tipo de atendimento.

Pode-se observar, entretanto, que tanto os professores, como os alunos aproximaram-se bastante em suas respostas. É importante destacar que os questionários contém dados relevantes do processo ensino-aprendizagem, sugerindo um melhor aprofundamento em sua leitura, não só da coordenação do processo, mas principalmente de coordenadores de curso e chefes de departamento.

5.3.3 Questionário ao Ex-aluno

Este subprojeto do PAIUFSC, foi realizado no início de 1995, consistiu na aplicação de um questionário (anexo), remetido via correio, no qual o profissional registrou as informações solicitadas. Os alunos contactados, foram os formandos nos últimos 5 anos, o que envolve aproximadamente 7.000 alunos.

O objetivo da pesquisa foi de ouvir a opinião dos egressos sobre a sua formação, o que fazem como profissionais, onde trabalham, como também suas sugestões e críticas a respeito do processo formativo porque passaram.

A metodologia adotada foi o envio de correspondência via correios aos egressos, cuja localização dos respectivos endereços foi feita com o apoio das coordenadorias dos cursos, foram definidos os endereços de aproximadamente 1.500 egressos das mais diversas áreas.

Alguns cuidados foram tomados para garantir o retorno dos questionários, em primeiro lugar, o entrevistado receberia somente uma folha para que registrasse suas respostas. Num envelope, junto com o questionário, apenas uma curta mensagem que basicamente o motivasse a responder o solicitado, orientando como fazê-lo. Outro cuidado tomado pela comissão foi a de que todas as questões fossem respondidas na hora. Como facilitador do

processo, foi remetido junto a correspondência um envelope-resposta franqueado. Dessa forma, o entrevistado não teve que se preocupar em selar sua resposta. Julgou-se que esta iniciativa contribuiria para melhorar a taxa de retorno dos questionários respondidos.

Dentre os 1500 questionários enviados aos ex-aluno, obteve-se o retorno de 512 questionários, correspondendo a uma taxa de 34,1% do total de egressos ouvidos. As respostas que retornaram são de ex-alunos dos seguintes cursos: Biologia, Matemática, Química, Geografia, Psicologia, Farmácia, Nutrição, Odontologia, Administração, Engenharia Mecânica, Engenharia Sanitária e Engenharia Química.

Nas análises dos questionários alguns aspectos chamaram atenção da comissão e mereceram destaque no relatório final, dentre eles, a relevância da pesquisa, ou seja, a iniciativa da UFSC em “ouvir”, a opinião dos egressos sobre a formação que recebeu e a sua situação no mercado de trabalho. Alguns propuseram que a ação se tornasse sistemática, objetivando aproximar mais os cursos das necessidades do mercado de trabalho e de aprimorar sua qualidade.

Na interpretação dos dados chamou ainda a atenção o fato de, em geral, a formação teórica ter sido avaliada de forma bem mais positiva do que a formação prática, que foi, em muitos casos, qualificada de regular ou fraca, ou insuficiente (quanto a duração), ou, ainda, distanciada das exigências da prática profissional propriamente dita, nas diversas ocupações exercidas pelos ex-alunos no mercado de trabalho. Para confirmar tais afirmações, a formação teórica foi qualificada como boa por 75% dos ex-alunos, enquanto que a formação prática obteve 85% de regular ou fraca.

O fato de os ex-alunos atribuírem grande importância à formação prática quase em detrimento da teórica dentre outros dados identificados devem subsidiar a avaliação dos cursos de graduação da UFSC, contribuindo para sua adequação e ajustes no processo de formação as necessidades do mercado, e

ainda a formação do cidadão para que ele possa influir de forma mais positiva na sociedade.

Quadro 7: Respostas dos ex-alunos por curso e centro

Cursos	Nº Respostas	Centro
1. Administração	96	CSE
2. Biologia	24	CCB
3. Eng. Elétrica	60	CTC
4. Eng. Mecânica	46	CTC
5. Eng. Química	13	CTC
6. Eng. Sanitária	11	CTC
7. Eng. de Produção	25	CTC
8. Farmácia	36	CCS
9. Geografia	27	CFH
10. Matemática	11	CFM
11. Nutrição	11	CCS
12. Odontologia	112	CCS
13. Psicologia	33	CFH
14. Química	7	CFM
Total	512	

Fonte: PREG/CAEn - UFSC

5.3.4 Avaliação da Pós-Graduação

De acordo com o Relatório Geral da Avaliação da Pós-Graduação da Pró-reitoria da Pesquisa e Pós-Graduação - PRPG (1996), o projeto de avaliação dos cursos de Pós-Graduação Strictu Sensu da UFSC teve início com a

apresentação aos coordenadores de curso, em junho de 1992, da proposta e dos objetivos do processo avaliativo, que foi aceita por unanimidade.

Seguiram-se após esta reunião, seminários sobre a auto-avaliação nos cursos de Administração, Enfermagem, e Engenharia de Produção.

Um grupo de trabalho foi constituído composto de dois coordenadores de curso, e da coordenadora do processo. A este grupo coube definir as linhas gerais do processo de avaliação, seus princípios, e procedimentos, tornando-se como referência básica a experiência de avaliação dos cursos de pós-graduação vivenciada na Universidade Federal de Minas Gerais entre 1987 e 1989.

Foram os seguinte procedimentos e etapas do processo:

1) Elaboração pela PRPG, de um “dossiê” de cada curso que abrangesse dados não contemplados ou não claramente visíveis nos relatórios para a CAPES. Esse documento deveria ser construído com levantamento de dados no EXECAPES, nos documentos existentes na Pró-Reitoria e nos próprios cursos, cobrindo o período 1988/1992, posteriormente estendido até 1993;

2) Auto-avaliação pelos cursos, subsidiadas pelos dossiês e outros documentos complementares (indicadores CAPES e roteiro de auto-avaliação elaborado pela PRPG a partir dos referenciais pré-definidos);

3) Elaboração de um “dossiê-síntese”, isto é, reunião dos dados de cada curso em tabelas/gráficos gerais e comparativos;

4) Avaliação externa, através de comissões, por área de conhecimento, como forma de “validação externa”;

5) Seminário Global de Avaliação;

6) Elaboração de um documento-síntese do processo avaliativo;

7) Implementação de medidas corretivas e/ou de melhoria de qualidade.

Dos itens acima, deixaram de ser contemplados dois, os de número 4 e 5, segundo o Relatório, atrasos nos processos de auto-avaliação inviabilizaram tais atividades no prazo previsto.

Entretanto, mesmo não tendo sido possível completar o Ciclo previsto através da avaliação externa, a PRPG considerou a experiência bastante positiva em seus resultados. Abaixo algumas conclusões tiradas do processo:

- a pós-graduação da UFSC vai bem e tende a melhorar;
- o processo de auto-avaliação auxiliou muitos cursos a encontrarem caminhos para seu próprio aperfeiçoamento e revelou-se muito positivo;
- a avaliação institucional da Pós-Graduação deve articular-se à avaliação de toda a universidade, incluindo-se sempre a avaliação externa por pares;
- os processos avaliativos devem ser conduzidos por instâncias acadêmicas autônomas em relação à administração universitária, de modo a não confundir-se com atividade administrativa que leve a premiações ou punições dos que a ela estão subordinados;
- um amplo seminário de avaliação, que permitisse a troca de experiências e conclusões é altamente desejável (o grupo lamentou a impossibilidade de tê-lo realizado durante este processo).

5.3.5 Seminário de Curso de Graduação

O Seminário de Curso de Graduação, conforme o PAIUFSC, previu que cada Curso de Graduação considerando seus especificidades e utilizando como base os resultados dos questionários e as informações da Instituição, realizaria uma auto-avaliação, com a participação de entidades de classe, dos Conselhos Regionais, Ex-alunos e professores.

A avaliação dos cursos tem como referencial as orientações do PAIUB no que diz respeito às dimensões do ensino de Graduação e o roteiro do projeto de avaliação da UFSC de indicadores de qualidade, como a articulação vertical e horizontal do currículo; estudo dos perfis profissiográficos; a qualidade do ensino ministrado; discussão dos índices de evasão e repetência; o grau de satisfação do

aluno e do egresso; relato das condições técnicas para o desenvolvimento das atividades curriculares-recursos humanos e infraestrutura; interdisciplinaridade; interação teoria-prática, entre outras questões;

Dessa forma, o processo de avaliação deve servir como subsídios para os cursos reprogramarem e aperfeiçoarem seus projetos político-pedagógicos. A importância da avaliação de curso é perceber erros e acertos e para que mudanças qualitativas ou propostas possam ser encaminhadas.

A operacionalização do Seminário de Curso, foi sugerir que cada colegiado constituísse sua comissão de Avaliação de Curso - CAC, com a incumbência de organizar o seminário e de sistematizar as conclusões dos grupos para a apresentação de um relatório à CAEN e que se constituirá parte integrante do relatório geral do PAIUFSC. Os grupos serão constituídos pelos docentes, discentes, ex-alunos e convidados.

Dessa forma, a Comissão estabeleceu sistemática de trabalho objetivando aparecer sugestões sobre o desenvolvimento do processo e que seriam encaminhados aos coordenadores de curso. Um documento chamado “Subsídios para o Seminário de Avaliação do Curso de...” que contém informações relativos a universidade como um todo e ao curso em questão, é elaborado pela comissão de avaliação e enviado a cada curso como um roteiro e sugestão (anexo 4).

Dos 35 cursos de Graduação da UFSC, até o primeiro semestre de 1996, somente dez cursos, realizaram seminários, estando incluídos os 2 cursos que participaram como projetos Pilotos os cursos de comunicação social, Jornalismo e o de Serviço Social em 1994. Outros seis cursos fizeram seus seminários em 1995, sendo eles: Pedagogia, Letras, História; Psicologia; Ciências Sociais, Biologia e dois realizaram no semestre 96.1, foram os cursos de Agronomia e Filosofia.

A realização dos seminários de curso, em toda a universidade é imprescindível para a promoção da avaliação externa. E ainda pouco expressivo

número de seminários realizados cerca de 30% do total, pode ser atribuído o não estabelecimento de uma data por parte da coordenação da avaliação, ficando a critério de cada colegiado fixar o período que realizará o seminário.

6 COMO OS PROFESSORES E COORDENADORES DE CURSO VÊM O PROCESSO

Em maio de 1996, assumiu a Reitoria da UFSC, sucedendo o prof. Antônio Diomário de Queiroz, que em cuja gestão fora implantado o PAIUFSC, o prof. Rodolfo Joaquim Pinto da Luz, ex-reitor da UFSC e também ex-secretário da SESU-MEC, cuja gestão foi implantado o PAIUB.

A nova gestão da universidade, como primeira ação com visita da a Avaliação, foi nomear uma nova comissão de Avaliação Institucional

Também nomeou novos membros para a Comissão de Avaliação do Ensino de graduação - CAEn, junto a Pró-Reitoria de Ensino de Graduação.

A CAEn, agora sob nova coordenação com vistas a preservar os princípios do PAIUFSC, adesão voluntária e a não premiação ou punição, encaminhou em julho/96 um questionário denominado “subsídios para o processo de Avaliação do Desempenho Docente”, que de acordo com a comissão tinha como principal objetivo, uma sondagem explanatória com relação aos interesses da comunidade em relação aos processos de Avaliação.

O questionário (ANEXO 5) contendo seis perguntas fechadas e a sétima um espaço para que os professores deixarem algum comentário ou alguma sugestão para aprimorar o processo.

De acordo com a coordenação da comissão todos os departamentos da UFSC receberam os questionários que deveriam ser distribuídos entre seus professores e encaminhados posteriormente a CAEn.

6.1 Análise dos Resultados do questionário

Tabela 3: Formulários retornados por participação nos centros

Centros	Formulários retornados	%formulários retornados
CCA	34	8.19
CCB	40	9.64
CCE	39	9.40
CCJ	5	1.20
CCS	83	20.00
CDS	14	3.37
CED	27	6.51
CFH	35	8.43
CFM	62	14.94
CSE	23	11.33
CTC	47	11.33
Sem Identificação	6	1.45
Total	415	100

Fonte: CAEn/PREG/UFSC

Verifica-se na tabela 3, a relação questionários enviados/respondidos pelos docentes por centro. Observa-se que o número de professores que responderam ao questionário: 415 professores corresponde a 20,9% considerado bom, pois houve participação de docentes de todos os centros.

O Centro de Ciências Agrárias - CCA, foi onde ocorreu o maior número de retorno 44,73% e, o Centro de Ciências Jurídicas o menor com 5,37% dos questionários enviados que retornaram respondidos.

6.1.2 Leitura dos resultados por perguntas

1 Quando você foi avaliado pelos alunos pela última vez?

Tabela 4: Período em que os professores foram avaliados pela última vez.

	efetivos	% efetivos
() - nunca fui	38	9.16
() - em 1993	8	1.93
() - em 1994	40	9.64
() - em 1995	318	76.63
sem resposta	11	2.65

Fonte: PREG/CAEn.

Como é possível verificar pelo quadro de respostas que a maioria dos professores foi avaliado em 1995, e que apenas 9.16% dos pesquisados jamais foram avaliados, alguns desses professores não avaliados expressaram nos questionários que no período em questão, de 1993 quando da primeira avaliação docente até 1995 a última, estavam afastados da universidade para mestrado ou doutoramento. Outros ingressaram na Universidade em 1996.

2 Os resultados da sua última avaliação correspondem a sua expectativa de desempenho na disciplina?

Tabela 5: Expectativas dos Professores em Relação ao Desempenho na Disciplina

	Efetivos	% efetivos
() - Sim	303	73.01
() - Não	61	14.70
Outras respostas	51	12.29

Fonte: PREG/CAEn.

A maioria dos docentes (73,01%), consideram que os resultados correspondem a expectativa de avaliação e, 14.7% acha que avaliação não correspondeu, pode-se verificar no item 7 do questionário, onde os professores deixaram comentários sobre o processo, que alguns professores foram indevidamente avaliados, como casos de professores que ministraram apenas parte de alguma disciplina e, outro aspecto mencionado é com relação ao item do questionário onde os alunos avaliam pontualidade/assiduidade, em cujo quesitos alguns professores se sentiram indevidamente avaliados.

3. Você acha que os resultados da sua avaliação têm ajudado a melhorar o seu desempenho?

Tabela 6: Opinião dos Professores sobre a Influência dos Resultados em seu Desempenho

	Efetivos	% efetivos
() Sim	287	69.16
() Não	85	20.48
Outras Respostas	43	10,36

Fonte: PREG/CAEn.

Observa-se que nesta questão uma queda nas respostas afirmativas, 69.19% acham que os resultados da sua avaliação têm ajudado a melhoria do seu desempenho, e outros 20.48% acharam que não, pode-se inferir que esse percentual de respostas negativas deve-se a alguns comentários feitos no questionário, como por exemplo, a de que os alunos usam a avaliação como “revanchismo” pelo seu fraco desempenho da disciplina, outros afirmaram que os alunos não entendem as questões. Ainda assim, prevaleceu respostas em que a maioria dos professores considera a avaliação tem promovido melhorias no seu desempenho.

4. Você procura levar em conta os resultados da sua avaliação pelos alunos?

Tabela 7: Opinião do Professores sobre o resultado da Avaliação

	Efetivos	% efetivos
() - Sim	356	85.78
() - Não	23	5.54
Outras respostas	36	8.67

Fonte: PREG/CAEn.

Como na questão anterior, esta também obteve um percentual ainda mais significativo de respostas positivas 85.78%. Tanto na pergunta número três, como nesta percebe-se que os professores consideram a Avaliação dos docentes pelos discentes importante para melhoria do desempenho na disciplina.

5. Você acha importante que os resultados da avaliação do desempenho docente sejam divulgados?

Tabela 8: Opinião dos Professores sobre o Período de divulgação dos Resultados

	Efetivos	% efetivos
() durante o semestre letivo em que...	178	42.89
() após tal semestre letivo?	203	48.92
Outras respostas	34	8.19

Fonte: PREG/CAEn.

A divulgação dos resultados da avaliação do docente pelo discente (ADD) foi uma das questões mais polêmicas do questionário. Nota-se que ocorreu uma ligeira vantagem para os que consideram que avaliação deva ser divulgada após o semestre letivo, muitos dos professores favoráveis a sua divulgação durante o semestre, justificaram sua posição alegando que durante o

semestre é possível corrigir falhas que possam estar ocorrendo . Para outros, entretanto, a vantagem de sua divulgação após o semestre conforme ocorreu suas variadas aplicações, é que a disciplina poderá ser adequada e programada diferentemente a partir da experiência anterior avaliada.

6. Na sua opinião, quem deve tomar conhecimento dos resultados individuais da avaliação do desempenho docente?

Tabela 9: Opinião dos Professores sobre quem deve tomar conhecimento dos Resultados individuais da Avaliação do Desempenho Docente

	Efetivos	% efetivos
() - o próprio professor, o coordenador...	196	47.23
() - É indiferente que se dê ampla...	148	35.66
() - Outro (identifique)	62	14.94
Outras respostas	9	2.17

Fonte: PREG/CAEn

Percebe-se neste item uma certa polarização nas respostas dentre as oposições assinaladas, principalmente entre a primeira que obteve a maioria 47.23% e a segunda 35.66%, vários professores manifestaram-se sobre esta questão ao fazerem comentários. Aqueles que se manifestaram favorável a ampla divulgação dos resultados, consideram que a avaliação não deva ser sigilosa, outros ponderam que “o importante da divulgação é que pode gerar uma discussão a nível de melhoria dos métodos que estão sendo adotados”. Outro professor também favorável a ampla divulgação disse que “...seus resultados devem servir de parâmetro na análise institucional do desempenho docente”. Para os professores que consideram que os resultados devem ser conhecidos somente pelo próprio professor, o coordenador do curso e o chefe do Departamento, houve posicionamento do tipo “...os resultados individuais devem ser entregues aos coordenadores de curso e chefes de departamento, os quais devem tentar

resolver conjuntamente os problemas”. Alguns professores consideraram que apenas o próprio professor deve tomar conhecimento do resultado, estas foram a maioria dos que assinalaram outro como resposta 14,94%, para estes “...se o objetivo é o aperfeiçoamento do trabalho do professor só a ele interessa os resultados encontrados”, ou, justificativa. Como “...não deve ser divulgado para outrem que não o próprio professor”.

Observa-se que neste item não houve uma predominância significativa das respostas, como nos itens anteriores, percebe-se uma nítida polarização entre os que restringem a divulgação dos resultados e aqueles favoráveis a sua ampla divulgação.

7. Utilize o espaço abaixo para deixar algum comentário ou alguma sugestão para aprimorar o processo:

Este espaço os professores utilizaram para suas manifestações sobre o processo de avaliação da universidade. As respostas forma agrupadas em grandes blocos temáticos, dada a diversidade de comentários e sugestões feitas pelos docentes. As respostas serão apresentadas a seguir, agrupadas em questões sobre o processo de avaliação; sobre os questionários; sobre a divulgação dos resultados; sobre a participação dos alunos no processo; sobre a infra-estrutura da UFSC; e quando deve ser aplicados os questionarios.

SOBRE O PROCESSO DE AVALIAÇÃO COMO UM TODO

“Considero de vital importância que se faça avaliação de professor, o ensino é feito sem nenhum acompanhamento;

- Não há ensino de qualidade sem avaliação;
- Deveria ser obrigatória a todos professores;
- Avaliação só pela avaliação é brincadeira! Não é sério;
- Acho muito burocrática a avaliação realizada;

- Quais são os resultados práticos destas avaliações? Não tive conhecimento de ações por parte da UFSC;
- Acredito que a simples existência do processo de avaliação não é suficiente para a melhoria significativa da qualidade do ensino da instituição;
- Sou contra!;
- Acredito que este tipo de avaliação não sirva para nada. A única avaliação que permite corrigir erros e acertos e progredir é aquela que acontece em sala com ampla discussão entre alunos e professores;
- Importante para medir pontos fortes e fracos dos professores;
- Que se dê continuidade ao processo porque é importante;
- Se um processo de avaliação não tiver ao menos, a intenção para aprimorar os sujeitos e o próprio processo, então resultará procedimento inócuo;
- Enquanto não se construir um processo coletivo de crescimento e aprendizagem este processo irá dizer permitir que o corpo discente culpe o docente pelo fracasso escolar e vice-versa;
- O processo de avaliação do docente foi uma das boas iniciativas da UFSC;
- Toda nossa aprovação a “Semana de Formação Pedagógica”. Que se façam outras avaliações sobre o ensino;
- Acho o processo oportuno e muito válido. Na minha opinião deveria continuar da forma como foi feito até agora;
- Avaliação deve ser feita com grande rigor científico, por pessoas altamente qualificadas para tal tarefa;
- Avaliação do docente deve fazer parte da avaliação regular do Curso;
- Nas turmas fracas a avaliação tende a ser ruim, enquanto nas turmas melhores a avaliação tende a ser melhor. O processo não me parece eficaz;
- Ainda ao meu ver a melhor avaliação é um bom processo de planejamento aliado a um processo de motivação;

- Não adianta avaliação se não forem previstos mecanismos eficientes para melhorar as condições gerais dos cursos de graduação (salas, equipamentos, material, professores, etc.);
- Somente através de avaliações periódicas de desempenho conquistaremos a melhoria da qualidade do ensino, da pesquisa e de extensão;
- O desempenho do docente deveria abranger também a pesquisa e administração e não apenas o ensino;
- É preciso assegurar que a avaliação seja “séria” no sentido de filtrar “(des)afeições” e se centre em pontos relevantes”;
- Acredito que o processo de avaliação docente foi um avanço institucional, sugiro sua continuidade e recomendo seu aperfeiçoamento;
- Acho importante para medir pontos fortes e fracos dos professores. Tenho dúvida sobre ampla divulgação dos resultados;
- Avaliação deve refletir a percepção, o sentir, opinião dos alunos e a responsabilidade com este processo;
- Avaliação é um instrumento importante que deve ser considerado como diagnóstico e possibilidades de algumas estratégias utilizadas pelos docentes;
- Considero avaliação excelente instrumento para o meu desempenho didático;
- Atualmente não vejo avaliação com a devida ênfase pelos departamentos. Acredito que deve haver situações que estas estão arquivadas sem que haja um debate sobre seus resultados;
- Parece que temos medo enquanto conjunto, de modificações, mudanças. Uma das grandes contribuições neste sentido, tem sido as discussões pedagógicas implementadas na Formação Pedagógica;
- O processo de avaliação é fundamental dentro da universidade, só que ele acaba ficando engavetado e os dados não são trabalhados pelo conjunto dos professores que compõem um departamento ou curso.
- Acho que toda atividade deve passar por avaliações periódicas para melhorar o desempenho profissional;

- Não há dúvida que o processo de avaliação deve ser garantido no processo ensino-aprendizagem. Porém, alunos e professores devem discutir abertamente seus resultados”.

Pode-se perceber neste item, que a maioria dos professores respondentes é favorável ao processo de avaliação. As opiniões refletem a percepção dos docentes especialmente selecionados a Avaliação Docente pelo Discente (ADD) e Avaliação Docente (AD), que são mais relacionadas com a avaliação do desempenho docente. No entanto algumas opiniões refletem uma visão mais ampla do processo, entretanto não se pode afirmar que a maior parte dos Docentes tem clareza de todos os subprojetos que compõem o processo de avaliação institucional, demonstrando que o programa é pouco claro para uma parte dos professores.

Sugere-se que a coordenação da PAIUFSC invista mais na divulgação das atividades desenvolvidas, promovendo permanentemente atividades que coloquem toda a comunidade universitária a par do processo.

Baseando-se nas manifestações dos Docentes e comparando-se tais ponderações com os percentuais favoráveis à Avaliação do desempenho do Docente nas questões três e quatro, é perceptível a aceitação dos professores à avaliação. A questão agora é se se deve ou não dar continuidade ao programa como vem sendo implantado, ou promover alterações considerando os resultados e sugestões obtidas.

SOBRE OS QUESTIONÁRIOS

- “As perguntas versam sobre pontos burocráticos da disciplina e em pouco servem para avaliar as atividades de ensino-aprendizagem;
- Alunos respondem com má vontade, talvez se deve as perguntas;

- Reformular algumas questões, questionário mais específico com a área de atuação do professor;
- Algumas perguntas são repetitivas e outras podem dar margem a má interpretação;
- Muitas vezes a avaliação do aluno é irresponsável;
- É absurdo o estudante opinar sobre o que o professor sabe sobre algum conteúdo; eu ignoro esta questão e acho que ela deveria ser suprimida;
- Pouco objetivo. Sugiro resgatar o questionário da Engenharia Mecânica;
- É confuso. Não esclarece bem o pretendido, deve ser reformulado;
- Enquanto a avaliação se restringir a um instrumento quantitativo nada se resolverá;
- Motivar alunos a responderem os questionários;
- Haverá sempre limitação quando o instrumento é escrito. Interessante avaliação oral;
- Ampliar alternativas de respostas;
- Acho fechado sem espaço para manifestação;
- Ainda não precisa ser ampliado e/ou reformulado;
- Deveria ter o parecer de uma comissão de alto nível;
- Não é válido para nosso curso;
- Questões praticamente sim e praticamente não deveriam ser diminuídas pela falta de sentido e objetividade;
- Seria importante algumas ter espaço para colocar sugestões;
- Questões devem refletir também conteúdo e condições de aprendizagem;
- Sempre mantive formulário próprio de avaliação;
- Adequação do questionário às disciplinas específicas;
- Forma de aplicação precisa ser aperfeiçoada;
- Alunos precisam ser melhor orientados sobre o objetivo da avaliação;
- Retaliações dos alunos reprovadas nas respostas”.

É importante considerar que este instrumento de avaliação do desempenho docente poderá, em alguns casos, encobrir mascarar “pactos” estabelecidos em classe.

Este item foi um dos mais polêmicos e de opiniões bastante controvertidas, uma questão parece inequívoca para a maioria dos docentes, o questionário deve ser revisto ou então melhor discutido com os docentes algumas sugestões parecem bastante pertinentes, como por exemplo o mesmo instrumento ser aplicado para todas as disciplinas, as de cunho teórico e as práticas. Outro aspecto bastante lembrado é com relação dos alunos, no que diz respeito a motivação para responder o questionário, e a conscientização da importância da seriedade nas respostas. Ainda sobre a reformulação do instrumento várias sugestões foram dadas, a partir dela a coordenação da avaliação poderá reavaliar o questionário e sua aplicação, já que os docentes são favoráveis a sua manutenção.

SOBRE A DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS:

- “Alunos devem ter acesso aos resultados para escolher professores com melhor desempenho;
- Avaliados devem receber da comissão um parecer sobre os resultados da sua avaliação;
- Tenho dúvidas em relação a ampla divulgação dos resultados, como seria utilizado e que benefícios traria.
- Deve se dar ampla divulgação dos seus resultados;
- Que se organizem seminários para os professores discutirem os resultados de suas avaliações;
- Se o objetivo é o aperfeiçoamento docente só ele interessa os resultados;

- Divulgação antes do próximo semestre para adequar programas e rever formas de ensino;
- Os resultados individuais devem ser entregues também aos coordenadores do curso e chefes, os quais devem tentar resolver conjuntamente os problemas;
- Deveriam ser mais objetivos e claros;
- Para falar a verdade eu não entendo bem aqueles resultados numéricos;
- Devem servir de parâmetro na análise institucional de desempenho docente;
- Não deve ser divulgado para outrem senão o próprio professor;
- Grupo de pedagogos deveria analisar e publicar os resultados”.

Quanto ao resultado da avaliação do docente, as sugestões variaram entre alguns pontos como, período que deve ser divulgado os resultados, quem deve ter acesso aos resultados, que deve-se tratar conjuntamente colegiados, departamentos e outros com os professores os resultados e ainda professores que são favoráveis a que os alunos também tenham acesso aos resultados. Entretanto na pergunta de número seis a maioria é favorável que a divulgação fique restrita ao professor, coordenador de curso e chefia de departamento.

SOBRE A PARTICIPAÇÃO DOS ALUNOS

- “É importante que o aluno não seja pressionado para se identificar;
- Talvez se deva solicitar a identificação dos alunos para assegurar maior honestidade nas respostas;
- O número de alunos que avaliam é muito pequeno;
- Deve acontecer com todos os alunos, para os resultados serem mais significativos”.

Foram várias opiniões sobre a identificação do aluno relacionadas com a seriedade nas respostas, os professores que ressaltaram esse aspecto da avaliação de desempenho, acham que os alunos devem assumir o que fazem. Outro ponto apontado pelos professores é o que diz respeito ao número de aluno por turma que respondem o questionário, para estes nem sempre a amostra é significativa, ou seja, o número de respostas, às vezes é bastante reduzido para o total de alunos matriculados na disciplina, comprometendo o resultado da avaliação.

SOBRE A INFRA-ESTRUTURA DA UFSC:

- “Passar a limpo “tudo”: biblioteca, meios disponíveis, laboratórios;
- A UFSC também deve fazer sua parte, oferecendo um espaço físico digno;
- A universidade deveria se preocupar em oferecer condições para o docente melhorar seu desempenho;
- Deveria equipar os departamentos com micros para atividades didáticas, salas especiais, auxílio de monitores e funcionários;
- Deveria ser considerado no desempenho docente as dificuldades estruturais/institucionais;
- Material didático da UFSC é medieval;
- Só o professor está sendo avaliado, área física, recursos audio-visuais e apoio da biblioteca jamais são avaliados;
- Avaliação para acervo bibliográfico para as disciplinas de graduação”.

As sugestões e críticas feitas sobre a infra-estrutura disponível foram vários, o que pode-se perceber é que os professores não quer que sua avaliação esteja desvinculada as condições físicas, didáticas, biblioteca, etc. , da

Universidade, outras sugestões foram dadas no sentido de se dar mais recursos para os cursos de graduação.

QUANDO DEVE SER REALIZADA

- “A cada semestre;
- Após dois meses de aula;
- Devem ser feitas com mais antecedência, comigo aconteceu que quando o questionário chegou o semestre já havia acabado;
- Deveria ser semestral, não anual;
- Aplicar no início do semestre;
- Deveria ser aplicada no final do semestre”.

Neste caso, os professores divergiram nas opiniões, parece consenso que as avaliações devem ser feitas a cada semestre, os motivos alegados foram que se poderá obter respostas sobre o desenvolvimento da disciplina, que poderão ser aperfeiçoados para o próximo semestre. Esta posição aparece também quanto se referiram a divulgação dos resultados.

Os resultados obtidos através da aplicação do questionário aos docentes sobre a metodologia aplicada na avaliação do desempenho docente, revelou que o instrumento tem sido importante para a melhoria do desempenho docente. Entretanto, várias sugestões foram feitas pelos professores para aperfeiçoamento do instrumento de avaliação e para o próprio processo de avaliação institucional. Além dos já citados anteriormente, outros critérios foram citados, como a utilização dos resultados como forma de não premiação ou não punição, opiniões como “a avaliação dos docentes poderia ser uma das maneiras de a instituição premiar com melhor salários os professores com avaliações satisfatórias”. Ou sugestões do tipo: “os resultados deveriam de alguma forma ser observados para efeito de progressão funcional”.

Uma matéria publicada no JU de 11/10/96, intitulada “UFSC aposta na qualidade docente”, que refere-se a esta pesquisa finaliza trazendo a fala do diretor do departamento de ensino da PREG, que diz “os critérios de não-punição e não-premiação, que norteiam o PAIUB é o PAIUFSC, jamais poderão ser deixados de lado, porém a divulgação dos resultados permitirá um planejamento adequado de atividades de formação pedagógica, melhorando a performance de nossos docentes em relação ao processo ensino-aprendizagem como um todo, tendo como meta fundamental a busca da qualidade”.

6.2 AS TRANSFORMAÇÕES NO ENSINO DE GRADUAÇÃO DECORRENTES DO PROCESSO DA IMPLANTAÇÃO DO PAIUFSC - A PERCEPÇÃO DOS COORDENADORES DE CURSO

Para se verificar as transformações no ensino de graduação com a implantação do PAIUFSC, foram realizados oito entrevistas com coordenadores de cursos de graduação. O procedimento adotado nas entrevistas foi a realização de uma pergunta “houve transformações no curso após a implantação do Projeto de Avaliação Institucional?”. Uma vez respondida esta pergunta, outras questões foram levantadas para subsidiar a resposta a questão inicial, se o curso realizou o seminário de curso, sobre a infra-estrutura da universidade, sugestões ao processo de avaliação, entre outras.

Nesse sentido as respostas foram agrupadas nessa ordem de questões. Os coordenadores foram classificados conforme quadro 8, para facilitar a identificação de seus depoimentos, já que resguardou-se os seus nomes, conforme estabelecido durante as entrevistas realizadas.

Quadro 8: Características dos Coordenadores Entrevistados

Coordena- dor	Centro	Tempo no Cargo	Titulação	Categoria Funcional	Tempo Serv. UFSC
1	CSE	2 anos	Graduação	Assistente	21
2	CCJ	3 anos	Mestre	Adjunto IV	23
3	CCE	2 anos	Mestre	Adjunto IV	17
4	CFM	2 anos	Doutor	Adjunto IV	20
5	CTC	2 anos	Doutor	Titular	20
6	CCS	1 ano	Mestre	Adjunto IV	13
7	CFH	1 ano	Mestre	Assistente II	6
8	CCB	2 anos	Mestre	Adjunto IV	13

Fonte: autora.

Dos 08 (oito) coordenadores pesquisadores, observa-se que apenas 02 (dois) estão no cargo a um ano, alguns relataram estarem no final do mandato e já foram eleitos para outro período. Quanto ao tempo de serviço na universidade apenas o 01 (um), tem menos de 10 (dez) anos na UFSC, sendo ainda que metade deles estão em atividade na instituição a mais de 20 (vinte) anos.

6.2.1 Transformação decorrentes da implantação do PAIUFSC no ensino de graduação

Em relação às transformações decorrentes do processo de avaliação no ensino de graduação, encontram-se relacionadas, a seguir, os depoimentos dos coordenadores de curso.

Coordenador 1. "...muito pouco, o projeto apesar de ter sido muito bem concebido ele não amadureceu o suficiente para produzir resultados. como processo de avaliação o fato de não punir e não premiar é um avanço".

Coordenador 2. "... eu não sei até que ponto nós podemos medir as mudanças que ocorreram. Como professor eu pude sentir bem que foi importante, porque agente pode pegar aquele documento e rever, fazer uma auto-análise em função dos resultados que foram dados".

Coordenador 3. "...na verdade não. O processo institucional talvez cause alterações individuais, dado que os professores recebem os resultados e se interessarem vão saber o que os alunos estão pensando da atuação deles, mas isso não chega a repercutir, o que tenho notado que causou alterações no curso foi o seminário de avaliação do curso que nos fizemos no ano passado".

Coordenador 4. "Por enquanto ainda não, porque a gente ainda não conseguiu fazer a avaliação do curso".

Coordenador 5. "...o curso tem sofrido algumas modificações, mas eu não posso creditar de uma forma assim maior ao processo de avaliação".

Coordenador 6. "...a avaliação é fundamental, ela foi importante para a gente porque ela chamou muitos professores para o curso..., acho que foi uma espécie de chamamento, onde eles se preocupam mais com a sala de aula, ele nos procura para saber o que o curso quer, antes da avaliação isso não ocorria, as pessoas procuram mais, uma preocupação maior com o desempenho".

Coordenador 7. "...a única coisa que talvez esteja acontecendo é que os professores estão entregando os programas, estão tentando cumprir algumas formalidades, porque depois aquilo será cobrado no questionário...Acho que a coisa mais importante foi o que a gente fez, nós fizemos um seminário de avaliação de curso".

Coordenador 8. "...está havendo por parte dos professores uma crescente preocupação com a qualidade de curso, com relação a forma de administrar a disciplina isso a nível do pessoal docente e a nível do colegiado também".

Na percepção dos coordenadores de curso entrevistados, sobre as transformações decorrentes do processo de avaliação, observou-se através dos depoimentos que, o processo para alguns coordenadores está intimamente vinculado a avaliação do desempenho docente, não havendo neste caso uma visão de processo, ou seja, que o processo em curso está restrito à avaliação do professor.

Para os outros coordenadores de curso que realizaram seminários de avaliação as mudanças que ocorreram são decorrentes dos resultados da avaliação global do curso e não, apenas da avaliação do desempenho dos professores. Nota-se no entanto, mais uma vez, que não existe vinculação entre os subprojetos que compõem o todo, os resultados são avaliados de forma isolada, como se cada subprojeto fosse um processo separado. Observou-se, ainda, entre os coordenadores uma única resposta que admitia mudanças significativas no curso, entretanto, essas modificações não teriam na visão do entrevistado, nenhuma ligação com o processo de avaliação institucional, mas sim com a conjuntura mais geral.

Verificou-se, portanto, que na opinião dos coordenadores de curso, seja resultante da avaliação do desempenho docente, ou do seminário de curso, algumas transformações já ocorreram, dentre elas a mudança de atitude no comportamento dos docentes, evidenciada através da preocupação do professor em aperfeiçoar seu desempenho, a preocupação com a qualidade do curso e em saber o que os alunos estão pensando sobre sua atuação.

Os depoimentos dos coordenadores, contemplaram outros aspectos do PAIUFSC, além de relatos dos cursos que realizaram seus seminários, foram abordados aspectos vinculados a infra-estrutura da universidade e alguns

coordenadores deram sua contribuição ao processo fazendo sugestões para seu aperfeiçoamento.

SOBRE OS SEMINÁRIOS DE CURSO

Coordenador 1. "...o curso não fez, esse é um dos outros aspectos que eu acho que talvez tivesse que ser visto com mais exigência, (...) talvez deva existir uma determinação de datas para que isso seja feito, está dentro da voluntariedade de cada curso, e o coordenador tem sérias dificuldades para convocar os professores para fazer uma avaliação do mesmo".

Coordenador 2. "Não fizemos ainda, nem está previsto. Nós entramos numa fase difícil com a implantação de um novo currículo e eu acredito que não está na hora de avaliar ainda".

Coordenador 3. "...o que tenho notado, que causou alterações no curso foi o seminário (...) o seminário de avaliação foi interessante, mais eu não vejo uma grande produtividade a longo prazo se não se fizerem antes que reavaliou aquele, e dê continuidade ao processo, um seminário de oito em oito anos, dez em dez anos eu não acredito que vá resultar em muita vantagem para o curso, tinha que ser um processo continuado a ser realizado todo ano".

Coordenador 4. "... nós marcamos os dias 15 e 16 de outubro para fazermos a avaliação do nosso curso, dentro daquele espírito da comissão de avaliação institucional havia proposto, e a gente espera até lá contar com o relatório que está sendo discutido dentro do departamento".

Coordenador 5. "...a avaliação do curso está prevista, não ocorreu, nos temos rigorosamente uma avaliação *feed-back*, existem pesquisas a nível nacional

onde são identificados os melhores cursos do Brasil, e nós a mais de quinze anos temos tido o primeiro lugar no Brasil”.

Coordenador 6. “...a gente organizou um seminário de ensino em 1994, que foi realizado dentro da Semana de Formação Pedagógica”.

Coordenador 7. “Nós fizemos um seminário de avaliação numa metodologia muito interessante bastante participativa alunos, professores reunidos em pequenos grupos discutiram todos os problemas do curso, passamos um dia fazendo o relatório e em função disso a gente pensou algumas mudanças, algumas alterações em função daquela discussão”.

Coordenador 8. “A participação do corpo discente foi muito grande, os alunos se fizeram representar em massa, foi muito importante a participação deles, os professores eu não posso dizer o mesmo com relação ao número, mas aqueles que estiveram presente, estiveram de uma forma muito atuante dando sugestões, participando dos debates. Quanto aos resultados eu acho que eles foram bons, eu percebo uma crescente preocupação dos professores com relação a maneira como são ministradas as aulas, mais especial com o curso”.

Nota-se, através dos relatos que quatro cursos que realizaram seminários, avançaram no processo de avaliação. Percebe-se pelos depoimentos dos coordenadores que os resultados revertem-se no aprimoramento de sua performance, refletindo diretamente na melhoria do curso. Entretanto, os cursos que não fizeram seminários, demonstraram vários motivos, desde problemas internos, conflitos com os departamentos, a falta de rigor por parte da instituição no estabelecimento de datas para sua realização até as dificuldades do coordenador em convocar os professores do curso para fazer uma avaliação.

Parece relevante enfatizar o fato de que as experiências foram enriquecedoras para todos os envolvidos. Nos relatos, os coordenadores destacaram a importância da participação de alunos e professores. É perceptível que, após a realização dos seminários, os professores se tornaram mais engajados em relação a seu desempenho no curso.

Os cursos que, por quaisquer motivos ainda não realizaram o seminário, não assimilaram os princípios da PAIUFSC ao estabelecer que *“o processo só logrará êxito se for coletivamente construído e se puder contar com a intensa participação e seus membros, tanto nos procedimentos e implementação como na utilização de seus resultados.”*

SOBRE A INFRA-ESTRUTURA

Coordenador 1. “Nas instalações, equipamentos, acervo bibliográfico houve alguma mudança. Na área de informática é bem perceptível, houve avanço substancial através da instalação de laboratórios”.

Coordenador 2. “Ocorreram algumas melhorias, mas ainda deixa muito a desejar”.

Coordenador 3. “Tem melhorado de uma certa maneira, o acesso dos alunos a biblioteca de uns tempos para cá tem melhorado, eu posso dar meu testemunho eu fui aluna da casa (...) foi feita uma reforma no prédio, a rede elétrica foi toda reformada. Devagar estamos arrumando as coisas, nunca é o suficiente, a gente trabalha sempre com uma defasagem grande.

Coordenador 4. “Não tem melhorado, sala de aula que é o mínimo que se deve ter, cursos que começam o semestre e não tem sala de aula apropriada, alocada para aquele curso. Eu não vejo construção de sala de aula na

universidade, outras coisas são construídas (...), a biblioteca acho que houve uma melhora, mas a setorial do centro não funciona a noite por falta de funcionários, impossibilitando os alunos do noturno o acesso”.

Coordenador 7. “...eu percebo que a universidade está em obras, no nosso curso a gente tem professores do curso que não tem sala, os alunos não tem como marcar horário com o professor, pois ele não tem onde atender (...) a gente tem agora um laboratório, não temos espaço físico”.

Coordenador 8. “não temos acesso as políticas de como são feitas os repasses de recursos. A infra-estrutura é pequena, a bibliografia é restrita, os alunos dependem de livros do acervo pessoal dos professores os equipamentos mais da metade são obsoletos”.

O PAIUFSC aponta que um dos indicadores de qualidade é “*a existência de bons serviços de apoio ao ensino, a pesquisa e a extensão, é evidentemente fundamental para que estas atividades se desenvolvam com graus aceitáveis de qualidade*”, indicando os itens que podem auxiliar na indicação da qualidade dos serviços da instituição que são: sistema centralizado de informações; disponibilidade de serviços de informática; condições de trabalho (salas de aula confortável e bem equipada, salas para professores adequadas, recursos didáticos, manutenção e adequação do patrimônio, dentre outros); biblioteca: disponibilidade, quantidade, qualidade e atualidade do acervo, espaço adequado ao estudo, horário de atendimento compatíveis com a organização da vida do campus, etc; laboratórios - quantidade e qualidade.

Ficou evidenciado nos depoimentos dos docentes que a infra-estrutura da UFSC está quase sempre aquém das necessidades dos cursos. Quase todos os itens considerados pela instituição fundamentais para melhoria da sua qualidade foram citados pelos coordenadores de uma outra forma empecilhos para o

desenvolvimento de suas atividades como falta de salas de aula, acervo da biblioteca insuficiente, equipamentos obsoletos, e outros.

Entretanto, houve reconhecimento de melhorias consideráveis, principalmente no que se refere a espaço físico, biblioteca, laboratórios, dentre outros.

Os resultados globais da AD e ADD indicaram que, nos últimos três anos, o grupo de questões referentes às condições materiais da UFSC obteve o pior desempenho dentre os demais. Porém nota-se que houve, do primeiro questionário (AD - 93/2) até a última avaliação (AD e ADD - 95/2), uma melhora considerável no que diz respeito à Biblioteca Universitária. Na gestão passada, a biblioteca sofreu reformas, tendo seu acervo ampliado e espaço físico duplicado.

6.3. Os Rumos do Projeto

O Projeto de Avaliação Institucional da UFSC em seu cronograma, estabeleceu a realização das atividades de 1993 a 1996. Iniciado com o Programa de Formação Pedagógica dos Docentes 93/1, em 1996 o projeto deveria estar em sua fase final, o encaminhamento do Documento Síntese à Comissão Externa.

Os subprojetos que ainda não foram concluídos são: os Seminários de Curso de Graduação e Pós-graduação, Elaboração do Documento Síntese e a Avaliação Externa.

De acordo com entrevista realizada em outubro de 1996 com o reitor da UFSC, professor Rodolfo Pinto da Luz que era secretário da SESU-MEC durante a implantação do PAIUB, quando perguntado sobre o andamento do PAIUFSC e quais seriam as ações da sua gestão em relação ao projeto, disse: “agora nós estamos avaliando o projeto que deveria estar mais adiantado. A intenção é que ele seja mantido como projeto de avaliação mas, não ficar restrito

à graduação e sim, ser uma avaliação institucional, incluindo a pós-graduação, a pesquisa, a extensão e a administração, mais aproveitando os resultados do que já foi realizado. Estender o mais rápido possível a todos os cursos de graduação. E que além da avaliação interna, nós avancemos rapidamente para a avaliação externa.”

Para o reitor é prioridade para sua administração um programa de avaliação eficiente e eficaz, que seja constantemente aperfeiçoado “nós consideramos essencial que se vá avaliando o próprio projeto e estabelecendo uma cultura de avaliação na UFSC.”

“Quando se criou o PAIUB” disse Pinto da Luz, “o objetivo maior era que essa cultura de avaliação fosse internalizada nas instituições.”

Percebe-se que apesar de declarar que o projeto se encontra atrasado e que pretende fazer correções e ampliar o PAIUFSC, existe um compromisso da atual administração em dar continuidade ao processo.

Nesse contexto foi aplicado o questionário já mencionado e avaliado nesse capítulo junto ao corpo docente, em agosto deste ano, e os resultados além de apontarem para a continuação do processo, forneceram a comissão de avaliação subsídios para correções, especialmente no que diz respeito a avaliação do desempenho docente.

Tanto a pesquisa realizada com o corpo docente quanto as entrevistas com os coordenadores evidenciaram pontos comuns sobre o processo de avaliação da UFSC. Dentre eles podem-se destacar:

- instalou-se uma cultura de avaliação na universidade
- o processo já faz parte das atividades acadêmicas da universidade;
- os professores consideram os resultados de sua avaliação;
- a avaliação tem ajudado a melhorar o desempenho dos professores;
- os cursos que realizaram seminários obtiveram bons resultados, na compreensão do processo de avaliação do curso.

Todas essas evidências não devem perder de vista um dos princípios que norteiam o PAIUFSC- o princípio da continuidade, que conforme o projeto: *“permitirá a comparabilidade dos dados de um determinado momento a outro, revelando o grau de eficácia das medidas adotadas a partir dos resultados obtidos. Esta característica longitudinal da avaliação permite também testar a própria confiabilidade tanto dos instrumentos quanto dos resultados.”*

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Antes de apresentar as conclusões deste estudo, convém salientar que estes resultados não refletem os resultados globais do Projeto de Avaliação Institucional da Universidade Federal de Santa Catarina. Os dados analisados são referentes aos sub-projetos já concluídos e aqueles realizados em parte até o ano de 1.995.

Com base no objetivo geral deste estudo, ou seja, de verificar-se ocorreram transformações no ensino de graduação com a implantação do PAIUFSC, visando a contribuir para o processo de avaliação institucional da universidade brasileira, chegou-se a algumas conclusões que serão apresentadas na sequência, por tópicos, de acordo com análise e interpretação dos dados.

7.1 Sobre o Projeto de Avaliação Institucional da Universidade Federal de Santa Catarina

O Projeto de avaliação institucional da UFSC foi elaborado em 1.993. No mesmo ano, após ser submetido à apreciação da Comunidade Universitária, o projeto foi apresentado ao MEC. Na ocasião, juntamente com outros treze projetos obteve aprovação e financiamento. Neste mesmo ano, foram iniciadas as atividades previstas no projeto, especialmente às relativas ao ensino de graduação.

O primeiro Programa de Formação Pedagógica para os Docentes da UFSC realizado nos dias 09 e 10 de março de 1.993, foi a atividade inicial do projeto, sendo que agora em 1.996 encontra-se em sua sétima edição.

Como se pode verificar neste estudo, a maioria dos sub-projetos já se encontram implantados. Porém, o cronograma inicial previa a Avaliação Externa

do processo ainda este ano, ficando evidenciado que o projeto se encontra defasado em relação ao planejado.

Vários fatores contribuíram para o projeto ainda não estar completamente concluído. Dentre eles, o fato de a Comissão de Avaliação institucional da UFSC nomeada pelo Reitor, à época, e formada por representantes das Pró-Reitorias e da Secretaria de Planejamento não terem priorizado tal atividade, ficando somente à Pró-Reitoria de Ensino a tarefa de encaminhar o processo. A exceção foi a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós - Graduação que promoveu a avaliação da Pós-Graduação, embora ainda muito centrada na avaliação modelo CAPES.

A entrevista realizada com o reitor da UFSC demonstrou o interesse da gestão atual em dar continuidade ao projeto. Ficou evidenciado também que se pretende fazer uma avaliação do projeto atual, com a preocupação de estimular a avaliação da pesquisa, extensão e administração.

Pode-se concluir, pelas palavras da atual administração, que será dada continuidade ao PAIUFSC. Pressupõe-se, inclusive, que a atual coordenação do projeto vá levar em consideração as sugestões feitas pelos docentes na consulta realizada junto aos professores em agosto último. A percepção dos docentes sobre o processo de avaliação em curso na Universidade, com certeza, contribuirá de forma significativa para a melhoria do projeto.

7.1.1 Sobre os Resultados Dos Sub-Projetos Implantados de 1.993 a 1.995

A análise dos resultados dos seis sub-projetos do PAIFUSC implantados até 1995 comprovam a necessidade de um projeto global de avaliação que contemple as atividades inerentes as organizações universitárias. Frente à diversidade e complexidade que caracterizam a universidade, a avaliação

de cada uma de suas atividades requer, conseqüentemente, critérios e indicadores específicos que a metodologia de um projeto de avaliação deve abordar. O PAIUFSC contempla cada uma dessas dimensões. Cada sub-projeto tem o seu instrumento específico de avaliação, além de proporcionar a participação dos diferentes segmentos acadêmicos em cada etapa do processo.

Se, como diz Belloni (1994) “ que a participação dos próprios agentes no processo apresenta aspectos positivos, como por exemplo um maior nível de aprofundamento de determinadas questões; isso só, não é suficiente”. Na opinião da autora, essa participação pode vir a refletir uma visão corporativa, não garantindo a incorporação da visão externa daqueles que não estão diretamente vinculados à universidade, mas são atingidos pelas suas atividades. Daí a importância da etapa de avaliação Externa prevista como coroamento do processo - (vide projeto PAIUB).

Uma leitura comparativa do primeiro sub-projeto implantado - (PFPD), demonstra que os seis programas realizados atingiram um número importante de pessoas.

A participação dos professores aproximam-se dos 50 % do número total de docentes da UFSC o último programa realizado em 1.995/2 contou com a presença de aproximadamente, 700 professores.

Entretanto, considerando nos dias em que são desenvolvidas as atividades dos Programas de Formação Pedagógica Docentes as aulas são suspensas na universidade, pode-ser-ia criar mecanismos para estimular uma ainda maior participação, principalmente se levarmos em conta o número crescente a diversidade e a qualidade dos eventos realizados.

A esse respeito muitos professores e coordenadores, na consulta realizada em agosto último, manifestaram-se favoravelmente à continuidade do programa.

Em relação aos Sub-projetos AD e ADD, pode-se constatar que os resultados obtidos nas sucessivas aplicações, refletem uma perceptível melhora

dos índices, caracterizando assim, uma mudança positiva no desempenho docente.

Este, talvez, seja o resultado mais importante até agora conseguido pelo projeto.

A respeito do questionário sobre o desempenho docente que vem sendo aplicado constatou-se que os professores têm sugestões no sentido de seu aperfeiçoamento, principalmente no tocante às especificidades das diversas disciplinas.

Outro aspecto relevante com relação à avaliação docente é o que diz respeito à sua aceitabilidade. Os docentes que rejeitam ou vêem com indiferença o processo representam a minoria, comprovando, pois, o fato de que a avaliação já esta incorporada às atividades dos professores.

Em relação ao Sub-projeto seminários de cursos, observou-se que, onde foram realizados há uma concordância dos coordenadores no sentido e que se produziram resultados para a avaliação do curso.

Constatou-se através dos resultados dos demais Sub-projetos implantados (questionário ao Ex-aluno, Avaliação da Pós-Graduação) que a UFSC dispõe de elementos significativos para uma análise Global de si mesma.

8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Theodor W. & HORKHEIMER, Max. *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1985.

AMORIM, Antônio. *Avaliação institucional da universidade*. São Paulo: Cortez, 1992.

BALDRIDGE, J. Victor et al. *Estruturación de políticas y liderazgo efectivo en la educación superior*. México: Noema, 1982.

BELLONI, Isaura et al. *Evaluación universitaria en América Latina*. In: Universidades, México: N. 11, p. 2-10. Enero/Junio. 1996.

_____. *Avaliação institucional- Teoria e experiências*. São Paulo: Cortez, 1995.

BERGAMINI, Cecília W. *Avaliação de desempenho humano na empresa*. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1986.

BERGQUIST, William H & PHILLIPS, Steven R. *Components of an effective faculty development program*. In: Journal of Higher Education, 1975, 46 (2), p. 177-211.

BRASIL, Secretaria do Ensino Superior. *Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras*. MEC/SESU-Brasília: SESU, 1994.

BUARQUE, Cristovam. *Qualidade da qualidade*. In: Educação brasileira, n. 20, Brasília/CRUB. 1988, p. 121-129.

CUEVAS, Oscar M. G. *La calidad de la enseñanza: modelos y prácticas de evaluación*. In: Seminário Regional sobre Avaliação Institucional. Florianópolis: APUFSC-SSIND. Ago. /1995.

CUNHA, Luiz C. R. *A Expansão do Ensino Superior; Causas e Consequências*. Debate e Crítica. v. 5, p. 27-58, 1975.

DEMO, Pedro. *Avaliação qualitativa*. São Paulo: Papirus, 1995.

- DIAS SOBRINHO, J. (org.). *Avaliação Institucional da UNICAMP. Processo, discussão e resultados*. Campinas-SP, 1994.
- ESPÍRITO SANTO, Alexandre do. *Fundamentos de pesquisa institucional*. In: Semina 3 (10): 143-148. Jan./Mai., 1982.
- FERRARI, Alfonso Trujillo. *Metodologia da Pesquisa Científica*. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1982.
- FRANÇA, Júnia Lessa et al. *Manual para Normatização de Publicações Técnico-Científicas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1996.
- FREINTAS, Roberto F. de Souza. *Avaliação do Ensino de Graduação: Importância e Desafios*. In: Revista Educación Superior y Sociedad. v. 5, n. 1 y 2, p. 99-107 Venezuela:UNESCO, 1994.
- FREITAS, Ieda M. Araújo C. *Avaliação da educação superior: fatores técnicos e políticos em universidades públicas brasileiras*. Dissertação (mestrado em administração). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis: UFSC, 1995.
- HUGUET, Antonio G. *Evaluación Universitaria en América Latina*. In: Universidades. México: n. 11, p. 2-10, 1996.
- JULIATO, Ivo C. *Avaliação de desempenho das instituições universitárias*. Brasília: Dois Pontos, Edição especial, Out. 1987.
- LEITE, Denise C. & BORDAS, Marion C. *Avaliação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul: A Qualidade da diferença e a diferença da qualidade*. In: Revista Educación Superior y Sociedad, v. 5, n. 1 y 2, p. 109-124, Venezuela: UNESCO, 1994.
- MILLER, Richard J. *Evaluating Faculty Performance*. San Francisco, Jossey-Bass, 1974.
- MOREIRA, M. *A Avaliação do desempenho do professor pelo aluno: melhoria do ensino*. Porto Alegre: PADES/UFRGS, (8): p. 183-213, 1980.
- RANCIÈRE, Jacques. *Os Projetos do Novo Tempo*. Folha de São Paulo, São Paulo, p. 16, caderno 5. 19-05-1996.
- RIBEIRO NETO, A. *Considerações sobre Avaliação Educacional*. In: Educação e Seleção, Fundação Carlos Chagas, São Paulo, v. 5, p. 5-7, Jan/Jun., 1982.

RICHARDSON, Robert J. *Pesquisa Social: Métodos e técnicas*. São Paulo: Atlas, 1985.

ROCHA, et al. *Uma Proposta de Avaliação de Disciplinas*. In: *Ciência e Cultura* (SBPC), v. 41, n. 5, p. 435-438, Maio, 1989.

SANTOS, Boaventura de S. *Pela Mão de Alice; O social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez Editora, 1995.

SELDIN, Peter. *Changing Practices in Faculty Evaluation*. San Francisco: Jossey-Basse, 1985.

TOUSIGNAT, Jacques. *Avaliação institucional algumas condições para o sucesso*. [s.l.:S.n.][198-], p 26-43.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais*. São Paulo: Editora Atlas S.A, 1987.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Avaliação Institucional*. O Projeto. Florianópolis, 1994.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Relatório do Projeto Piloto de Avaliação do Docente pelo Discente- 93/1*. Florianópolis, 1995.

ZAINKO, Maria Amélia S. *Avaliação Universitária: Utopia ou Requisito da Modernidade*. In: *Revista Educación Superior y Sociedad*, v. 5, n 1y 2, p. 71-86, Venezuela: UNESCO, 1995.

ANEXOS

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL**

**TEXTO DE ORIENTAÇÃO AOS CHEFES DE
DEPARTAMENTO, PROFESSORES E ALUNOS APLICADORES**

RESUMO DO PROCESSO: Cada Professor receberá do Chefe do Departamento um **Questionário ao Professor** (auto-avaliação e avaliação de cada turma) e um envelope contendo os **Questionários para os Alunos**.

Uma vez de posse deste envelope, o professor escolherá entre os seus alunos, um **Aluno Aplicador**, que terá por tarefa distribuir e recolher os questionários os quais, preenchidos ou não, deverão ser devolvidos em envelopes lacrados ao próprio professor da turma, ou ao Chefe do Departamento.

PROCEDIMENTOS:

1. O Questionário ao Professor deverá ser preenchido pelo próprio professor e, em seguida, devolvido ao Chefe do Departamento;
2. Os questionários dos alunos **deverão ser preenchidos em horário de aula**, com os alunos presentes, não sendo permitido respondê-los em outro local;
3. O professor **não deverá permanecer** em sala, enquanto os alunos respondem ao questionário;
4. O Aluno Aplicador recolherá, no envelope fornecido, os questionários dos alunos (preenchidos ou não);
5. O Aluno Aplicador deverá **lacrar** o envelope antes de entregá-lo ao professor da turma ou ao Chefe do Departamento;
6. Os Chefes de Departamento deverão **relatar** à CAEn, ao final da aplicação dos questionários, quaisquer fatos julgados relevantes no decorrer do processo e que poderão contribuir para sua melhor realização em etapas subsequentes.

A COMISSÃO



Semestre:

Disciplina

Turma

Professor(a):

CARO ESTUDANTE,
 Sua contribuição na avaliação de ensino de graduação da UFSC é muito importante. Ela tem por objetivo conhecer as condições de ensino com a finalidade de melhorá-las. Com este questionário, pretende-se coletar informações sobre o desempenho docente e o desenvolvimento das disciplinas. Assim, leia-o atentamente e responda a todas as solicitações nele contidas, CIRCULANDO A RESPOSTA A CANETA.
 Muito gratos.

Você não precisa se identificar.

O Plano de Ensino é uma forma de compromisso que entre si assumem professores e alunos. É importante que você o conheça.

Sobre o plano de ensino

1 - O Professor apresentou à classe o Plano de Ensino desta disciplina?

Se NÃO, passe ao bloco de questões "SOBRE A DISCIPLINA".

Se SIM, assinale quais aspectos constavam deste Plano:

1.1-Objetivos da disciplina

1.2-Conteúdo a ser desenvolvido (lista de tópicos, detalhamento do programa)

1.3-Metodologia de ensino utilizada (atividades do professor e dos alunos)

1.4-Formas de avaliação (testes, provas, trabalhos, relatórios, e/ou outros)

1.5-Cronograma de avaliação (data e número de avaliações)

1.6-Bibliografia (livros, revistas, jornais, artigos ou outros)

Sobre a disciplina

2 - Ficaram claros para você os objetivos da disciplina?

3 - O conteúdo ministrado possibilitou o alcance dos objetivos?

4 - Você percebeu a ligação desta disciplina com as demais do curso?

5 - A organização dos conteúdos da disciplina favoreceu a aprendizagem?

6 - O número de aulas foi suficiente para o cumprimento das atividades previstas para esta disciplina?

7 - A bibliografia indicada facilitou a compreensão dos conteúdos?

8 - Você gostou de ter feito esta disciplina?

Sobre o desempenho docente

9 - O professor foi claro na apresentação dos conteúdos da disciplina?

10 - A atitude do professor encorajou os alunos a fazer perguntas durante as aulas?

11 - O professor mostrou segurança nas respostas aos questionamentos em aula?

12 - O professor conseguiu criar um clima favorável a sua participação nas aulas?

13 - O professor esteve disponível para atendimento extraclasse nos horários combinados?

14 - O professor teve preocupação de relacionar esta disciplina com as demais disciplinas do curso?

15 - Houve empenho do professor em situar esta disciplina num contexto mais amplo (histórico, social, político, científico)?

16 - Os procedimentos didáticos adotados pelo professor (aulas expositivas, trabalhos práticos, estudo em grupos, outros) favoreceram o seu desempenho?

17 - As aulas ministradas lhe pareceram bem preparadas?

18 - O professor procurou convencê-lo da importância desta disciplina para a sua formação?

19 - O plano de ensino foi cumprido?

20 - O professor foi assíduo?

21 - O professor foi pontual?

22 - Você gostaria de cursar outra disciplina com este mesmo professor?

Sobre a avaliação

23 - O resultado das avaliações a que você foi submetido lhe pareceu corresponder ao seu desempenho na disciplina?

24 - O nível de exigência das avaliações esteve compatível com o nível de exigência das atividades desenvolvidas no decorrer das aulas?

25 - Antes de submeter os alunos a novas avaliações, o professor divulgava o resultado das avaliações anteriores?

26 - Após a realização das avaliações, o professor discutia os resultados em classe?

27 - Estavam claras para você as "regras do jogo" com relação à avaliação nesta disciplina?

Sobre o aluno

28 - Você possuía os conhecimentos necessários para acompanhar esta disciplina (formação anterior à universidade, seqüência curricular, pré-req, outros)?

29 - Você realizou as atividades recomendadas pelo professor ao longo do semestre?

30 - Você procurou o professor fora do horário de aula?

31 - Você participou de atividades extraclasse (congressos, conferências, palestras, seminários, projetos, iniciação científica, outros)?

Sobre as condições da UFSC

32 - A biblioteca (central ou setorial) atendeu as suas necessidades face a esta disciplina?

33 - As condições materiais (laboratórios, listas de exercícios, saídas de campo, visitas, viagens de estudo, outras) oferecidas para a aplicação prática dos conteúdos ministrados nesta disciplina foram adequadas?

34 - O ambiente físico em que esta disciplina foi ministrada estava adequado (iluminação, nível de ruído, acomodação)?

	SIM	PRATICAMENTE SIM	PRATICAMENTE NÃO	NÃO
1	1			4
1.1	1			4
1.2	1			4
1.3	1			4
1.4	1			4
1.5	1			4
1.6	1			4
2	1	2	3	4
3	1	2	3	4
4	1	2	3	4
5	1	2	3	4
6	1	2	3	4
7	1	2	3	4
8	1	2	3	4
9	1	2	3	4
10	1	2	3	4
11	1	2	3	4
12	1	2	3	4
13	1	2	3	4
14	1	2	3	4
15	1	2	3	4
16	1	2	3	4
17	1	2	3	4
18	1	2	3	4
19	1	2	3	4
20	1	2	3	4
21	1	2	3	4
22	1	2	3	4
23	1	2	3	4
24	1	2	3	4
25	1	2	3	4
26	1	2	3	4
27	1	2	3	4
28	1	2	3	4
29	1	2	3	4
30	1	2	3	4
31	1	2	3	4
32	1	2	3	4
33	1	2	3	4
34	1	2	3	4

6644



QUESTIONARIO AO PROFESSOR

CONTROLE.....: 0001

SEMESTRE.....: 952

EQUIVALENTE DISCIPLINA: 3171

TURMA DO CURSO.....: 104

MATRICULA DO PROFESSOR: 105729

Prezado Professor(a):

Este é um instrumento do sub-projeto Avaliação do Ensino de Graduação da UFSC.

Sua contribuição é fundamental!

A finalidade é conhecer as condições de ensino com o objetivo de melhorá-las a médio prazo.

Assim, pedimos sua atenção e um pouco do seu tempo para responder as perguntas constantes do presente questionário. Ele procura captar informações sobre os aspectos mais já trabalhados no questionário respondido pelos alunos. Responda a todas as solicitações nele constantes, CIRCULANDO A RESPOSTA A CANETA.

Sempre que necessário ou desejável, use a Folha de Observações para comentar qualquer questão, não esquecendo de numerá-las.

Sobre o Plano de Ensino

- 1 - O Plano de Ensino (objetivos, conteúdo, metodologia, forma de avaliação, cronograma, bibliografia) foi apresentado em classe no início do período letivo? 1 1 2 3 4
- 2 - Cópia do Plano de Ensino foi entregue a cada um dos alunos? 2 1 2 3 4
- 3 - O Plano de Ensino foi discutido com os alunos? 3 1 2 3 4
- 4 - O Plano de Ensino foi alterado após discussão com os alunos? 4 1 2 3 4
- 5 - Sentiu dificuldades na elaboração do Plano de Ensino? (Se sim, liste-as na folha de Observações) 5 1 2 3 4
- 6 - Foi possível cumprir o Plano de Ensino de disciplinas? (Se não, justifique na folha de Observações) 6 1 2 3 4

Sobre a Disciplina

- 7 - Articulou esta disciplina com as demais do curso? 7 1 2 3 4
- 8 - O conteúdo ministrado possibilitou o alcance dos objetivos estabelecidos para esta disciplina? 8 1 2 3 4
- 9 - Sentiu dificuldades na preparação das aulas desta disciplina? (Se sim, indique-as na folha de Observações) 9 1 2 3 4
- 10 - O número de aulas foi adequado ao conteúdo desta disciplina? 10 1 2 3 4
- 11 - Considera esta disciplina importante no currículo deste curso? 11 1 2 3 4
- 12 - Procurou adaptar o conteúdo desta disciplina às especificidades deste curso? 12 1 2 3 4
- 13 - Gostaria de ministrar esta disciplina outro vez? (Se não, comente na folha de Observações) 13 1 2 3 4

Sobre o Desempenho Docente

- 14 - Conseguiu criar um clima favorável a participação dos alunos em sala de aula? 14 1 2 3 4
- 15 - Comunicou aos alunos o seu horário de atendimento extraclasses? 15 1 2 3 4
- 16 - Os alunos o procuraram, para tal atendimento? 16 1 2 3 4
- 17 - Conseguiu situar esta disciplina num contexto mais amplo (histórico, social, político, científico)? 17 1 2 3 4
- 18 - Conseguiu se manter atualizado com relação ao conteúdo desta disciplina? (Se não, comente na folha de Observações) 18 1 2 3 4
- 19 - Conseguiu "mostrar" a importância desta disciplina na formação dos alunos? 19 1 2 3 4
- 20 - Os procedimentos didáticos adotados (aulas expositivas, trabalhos práticos, estudos em grupos, outros) favoreceram o desempenho dos alunos? 20 1 2 3 4
- 21 - Avaliou positivamente seu desempenho docente nesta disciplina? 21 1 2 3 4

Sobre a Avaliação da Disciplina

- 22 - Deixou claro para os alunos quais seriam as regras de avaliação para a disciplina? 22 1 2 3 4
- 23 - O nível de exigência das avaliações foi compatível com o nível de exigência das atividades desenvolvidas no decorrer das aulas? 23 1 2 3 4
- 24 - Divulguou o resultado da avaliação antes de submeter os alunos a uma avaliação subsequente? 24 1 2 3 4
- 25 - Discutiu com os alunos os resultados de cada avaliação? 25 1 2 3 4
- 26 - Aproveitou a avaliação como uma etapa do processo de ensino-aprendizagem? 26 1 2 3 4
- 27 - O resultado das avaliações refletiu o efetivo desempenho dos alunos? 27 1 2 3 4

Sobre o Aluno

- 28 - Os alunos estavam preparados para esta disciplina? 28 1 2 3 4
- 29 - Os alunos desta turma faziam as tarefas recomendadas? (leituras, exercícios, etc) 29 1 2 3 4
- 30 - Incentivou os alunos a participar de atividades extraclasses (congressos, conferências, palestras, seminários, projetos, iniciação científica, outros)? 30 1 2 3 4

Sobre a Infraestrutura

- 31 - A biblioteca (central e/ou setorial) atendeu as suas necessidades para esta disciplina? 31 1 2 3 4
- 32 - A biblioteca (central e/ou setorial) atendeu as necessidades dos alunos com relação a esta disciplina? 32 1 2 3 4
- 33 - As condições materiais (laboratórios, cópias, saídas de campo, visitas, viagens de estudo, papel, reprodução de textos e exercícios, outros) necessárias para aplicação prática dos conteúdos desta disciplina estiveram disponíveis? 33 1 2 3 4
- 34 - O ambiente físico disponível para ministrar esta disciplina foi adequado? 34 1 2 3 4

	SIM	PRATICAMENTE SIM	PRATICAMENTE NÃO	NAO
1	1	2	3	4
2	1	2	3	4
3	1	2	3	4
4	1	2	3	4
5	1	2	3	4
6	1	2	3	4
7	1	2	3	4
8	1	2	3	4
9	1	2	3	4
10	1	2	3	4
11	1	2	3	4
12	1	2	3	4
13	1	2	3	4
14	1	2	3	4
15	1	2	3	4
16	1	2	3	4
17	1	2	3	4
18	1	2	3	4
19	1	2	3	4
20	1	2	3	4
21	1	2	3	4
22	1	2	3	4
23	1	2	3	4
24	1	2	3	4
25	1	2	3	4
26	1	2	3	4
27	1	2	3	4
28	1	2	3	4
29	1	2	3	4
30	1	2	3	4
31	1	2	3	4
32	1	2	3	4
33	1	2	3	4
34	1	2	3	4

26

Disciplina: CFS5141
Turma.....: 0255

IDENTIFICACAO DO PROFESSOR, DA DISCIPLINA E DA TURMA DO CURSO
Nome do professor(a): CLAUDIO ANTONIO BARBOSA DE TOLEDO
Nome da disciplina...: FISILOGIA HUMANA
Turma do curso.....: ODONTOLOGIA

NPD

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE ENSINO DA UFSC

Prezado Ex-Aluno,

É com muita satisfação que recontactamos com você na expectativa de manter um vínculo mais permanente, agora já como colegas, visando a um intercâmbio que, sem dúvida, será proveitoso para todos nós. Inicialmente, estamos querendo saber um pouco sobre sua vida profissional.

Pensando no quanto é importante sua opinião, a UFSC, que está realizando um Programa de Avaliação Institucional, resolveu solicitar ao ex-aluno algumas informações. Tais contribuições baseadas em experiências pessoais, para nós valiosíssimas, nos ajudarão a ver de forma mais concreta os nossos cursos de graduação e a própria UFSC como um todo.

É nosso objetivo, com esta etapa do processo de avaliação, tentar conhecer, entre outras questões, sua posição no mercado de trabalho, ou seja, como vai do ponto de vista profissional, o aluno formado pela UFSC. Assim, ficaríamos muito gratos, se você dispensasse um pouco do seu tempo para preencher o **questionário** em anexo e nos enviar, com a maior brevidade possível.

Para facilitar seu trabalho, estamos enviando uma carta franqueada, bastando, portanto, apenas responder o questionário, dobrar e depositar em qualquer caixa coletora dos correios.

Certos de que você não se furtará de contribuir com a busca da melhoria na qualidade dos cursos oferecidos pela sua Universidade, antecipadamente agradecemos.

Florianópolis, Junho de 1995

Comissão de Avaliação de Ensino da UFSC

Universidade Federal de Santa Catarina
Comissão de Avaliação de Ensino de Graduação - CAEN
QUESTIONÁRIO AO EX-ALUNO DA UFSC - Junho 1995

Nome (preencha se desejar se identificar): _____

1. Curso em que se graduou na UFSC: _____

Ano de conclusão do Curso: 19 _____ Semestre: 1º [] 2º []

2. Caso tenha realizado algum curso depois da graduação, assinale qual (ou quais) você realizou.

- [] doutorado [] mestrado [] especialização
[] atualização, aperfeiçoamento ou treinamento [] outro(s) _____

3. Assinale qual o tipo de sua ocupação principal atual (mesmo que não atue na área em que se graduou)

- [] servidor público [] empregado de empresa privada [] autônomo
[] professor [] funcionário de estatal [] desempregado
[] empresário [] outro _____

4. Assinale quanto tempo você levou para iniciar sua atividade profissional, após a formatura:

- [] menos de seis meses [] entre um e dois anos [] já atuava na área
[] entre seis e doze meses [] mais de dois anos [] nunca exerceu a profissão

5. Assinale a(s) atividade(s) extra-curricular(es) de que você participou quando aluno de graduação da UFSC:

- [] monitoria [] bolsa de iniciação científica [] estágio extra-curricular
[] bolsa (de trabalho, treinamento, extensão...) [] congresso, seminário, encontro
[] representação em órgãos colegiados da UFSC [] diretório acadêmico [] outra(s) _____

6. Assinale a sua faixa de renda mensal (mesmo que não atue na área em que se graduou).

- [] até cinco (5) Salários Mínimos (S.M.) [] de quinze (15) a vinte (20) S.M.
[] de cinco (5) a dez (10) S.M. [] de vinte (20) a trinta (30) S.M.
[] de dez (10) a quinze (15) S.M. [] acima de trinta (30) S.M.

7. Qual a importância dos itens abaixo na escolha do Curso que você concluiu na UFSC.

- Responda cada um dos itens com [M] Muita, [P] Pouca [N] Nenhuma.
[] interesse profissional [] para galgar postos-chave na empresa em que trabalhava
[] para trabalhar em empresa da família [] prestígio da profissão
[] para satisfazer uma aspiração pessoal [] por razões econômicas

8. Se atualmente você não exerce a profissão na qual se graduou, assinale o(s) motivo(s):

- [] falta de oportunidade [] abandonou por desencanto no exercício profissional
[] optou por uma profissão mais rentável [] apenas usou o diploma para ascensão funcional
[] outro _____

9. Comparando a sua formação acadêmica com a de outros profissionais do mesmo curso, formados em outras escolas, você pode afirmar que, em termos gerais, está em situação de:

- [] vantagem [] igualdade [] desvantagem [] não saberia responder

10. Qual o seu grau de satisfação com o curso concluído na UFSC, em relação à formação obtida ?

(Responda cada um dos itens com [B] Bom, [R] Regular [F] Fraco)

- [] formação teórica [] formação cidadã (formação geral para a vida)
[] formação prática [] formação apropriada para as suas atividades profissionais

Comentários adicionais :

PRT 2189/95
CT / Florianópolis
DR / SC

CARTA RESPOSTA

Não é necessário selar

O selo será pago por :

UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina
Pró-Reitoria de Ensino de Graduação
Florianópolis - SC

88099 - 999

Serviço Público Federal
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA


PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO

Prezado(a) Professor(a),

Como é do conhecimento de Vossa Senhoria, desde 1993 os acadêmicos participam do processo de avaliação de disciplina e desempenho docente (questionário do aluno), processo este integrante do projeto de avaliação institucional da UFSC-PAIUFSC.

No transcorrer das aplicações dos questionários várias indagações foram formuladas tanto pelo corpo docente, quanto pelo discente, a respeito dos resultados de tal processo de avaliação, visto que o mesmo tem como princípios a adesão voluntária e a não premiação ou punição.

Preservando estes princípios e com o intuito de coletar o maior número possível de sugestões, solicitamos de Vossa Senhoria a colaboração nas respostas ao questionário no verso, com vistas a aprimorar tal instrumento de avaliação.



Prof. Renato Francisco Lebarbenchon
Presidente da Comissão de Avaliação do Ensino
de Graduação

Subsídios Para o Processo de Avaliação do Desempenho Docente

Todas as questões abaixo se referem ao processo de avaliação do desempenho docente pelo discente, cujo instrumento principal é um questionário que tem sido submetido aos alunos.

Assinale, em cada questão, apenas uma das opções e, em algumas delas, você deverá optar por :

- Sim, indicando uma resposta positiva ou com tendência positiva.

- Não, indicando uma resposta negativa ou com tendência negativa.

1- Quando você foi avaliado pelos alunos pela última vez ?

- Nunca fui avaliado - em 1993 - em 1994 - em 1995

2 - Os resultados da sua última avaliação correspondem a sua expectativa de desempenho na disciplina ?

- Sim - Não

3 - Você acha que os resultados da sua avaliação têm ajudado a melhorar o seu desempenho ?

- Sim - Não

4 - Você procura levar em conta os resultados da sua avaliação pelos alunos ?

- Sim - Não

5 - Você acha importante que os resultados da avaliação do desempenho docente sejam divulgados

- durante o semestre letivo em que ocorreu a aplicação ?

- após tal semestre letivo ?

6 - Na sua opinião, quem deve tomar conhecimento dos resultados individuais da avaliação do desempenho docente :

- o próprio professor, o coordenador do curso e o chefe do departamento

- é indiferente que se dê ampla divulgação

- outro (identifique) :

7 - Utilize o espaço abaixo para deixar algum comentário ou alguma sugestão para aprimorar o processo :

Nome (Identifique-se se desejar) :Centro.....Depto.....